

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ACTA N.º 2/2014

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS-----

-----PRESIDENTE – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO -----

-----1º SECRETÁRIO – JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA-----

-----2º SECRETÁRIO – CLEMENTINA AUGUSTA MARÇAL GEMELGO-----

-----Eram dezoito horas, quando o **Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Manuel António Machado Carvalho, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues e Manuel Luís Gomes Vaz, que foram substituídos, pelos senhores: Joana Rita Anes Tiago Sarmento, João Manuel Gradíssimo Rocha e Carla Margarida da Costa Palhau.-----

-----O Presidente da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Secretário da Junta, Sr. José Manuel da Cova Veigas.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 60 Deputados Municipais: António dos Santos Pires Afonso, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Clementina Augusta Marçal Gemelgo, Luís Manuel de Oliveira Pereira, Paulo Duarte da Silva Dias, Maria Adelaide Alves Gonçalves Baptista, Luís Manuel Dias Gonçalves, Luís Adelino Batista, Maria Helena Lopes Gonçalves, Helena Isabel Pires Seabra, João Manuel Alves Borges, António Nuno Baptista Mendes de Moraes, Alberto Manuel Pinela Salgado, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Maria Inácia Rosa, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Telma de Fátima Atalão Roma, Francisco José Correia, Maria Inês Falcão Bárrios, Maria José Alves de Lima, Halesitino Ernesto Gomes Pimentel, Adalberto do Nascimento Fernandes, Susana Alexandra Esteves Viana, Manuel Alberto Rodrigues, Manuel Alberto Moraes Brás, Carlos Alberto Camelo, Joana Rita Anes Tiago Sarmento, João Manuel Gradíssimo Rocha, Carla Margarida da Costa Palhau, Humberto José Trovisco, Luís Carlos Teixeira Rodrigues, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio, Eduardo João Martins Pereira, Manuel André Pires Moraes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Cláudia Sofia Quirino Chamusca, Isilda da Conceição Honrado, Leonardo do Nascimento Moraes Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Mário Filipe Borges Teles, Fernando Francisco Ventura, José Libório Ramalho, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, António Sérgio da Silva Botelho, Helena Isabel Basaloco Sapage, Rui Manuel Cosme Santos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto

Brás Cabanas Justo, José Manuel da Cova Veigas, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.-----

-----Não compareceu um Presidente de Junta: o Senhor José Manuel Fernandes.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que faz hoje precisamente um mês que deixou de estar entre nós o Macedense, Senhor Luís Inácio Fernandes Gonçalves, de todos conhecido, que foi membro da Assembleia Municipal desde as primeiras eleições de 12 de Dezembro de 1976 até ao último mandato de 2009/2013. Foi também Presidente da Assembleia Municipal durante 20 anos, propondo à Assembleia Municipal que fosse guardado um minuto de silêncio em sua memória, o que foi aceite por unanimidade do plenário, tendo-se de imediato guardado um minuto de silêncio.-----

-----De seguida deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar. -----

-----Depois informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à ata da sessão ordinária do dia 26 de Fevereiro de 2014, podê-lo-ia fazer.-----

-----Não havendo quem pretendesse usar da palavra, foi a ata posta à votação tendo sido aprovada por maioria com 56 votos a favor e 4 abstenções.-----

-----Neste momento **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, solicitou autorização à Assembleia Municipal para que o ponto 2.1. da ordem de trabalhos, “ **Constituição do Conselho Municipal de Educação – Tomada de posse nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro**”, passasse a ser discutido antes do período de antes da ordem do dia, facilitando a gestão de agendas dos Conselheiros.Com a anuência de todos passou-se ao tratamento deste ponto. O Sr. Presidente deu de imediato a palavra, ao 1.º Secretário da Assembleia Municipal, que passou a fazer a leitura da ata de instalação do Conselho Municipal de Educação, tendo sido chamados os respetivos membros a fim de serem empossados, assinando simultaneamente a respetiva ata, que fica arquivada e a fazer parte integrante desta ata.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença e disponibilidade dos intervenientes por terem aceite estas funções, que são da maior importância e relevância para o Município. Como Presidente da Assembleia Municipal, perante a qual tiveram a bondade de afirmar fidelidade, agradece a todos e espera sinceramente que o trabalho deste Conselho seja frutífero e se repercuta numa melhoria das condições escolares das crianças e jovens deste concelho.-----

-----**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- (Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro) -----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**CLEMENTINA AUGUSTA MARÇAL GEMELGO (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Aquilo que me traz aqui hoje é tão simplesmente um elogio à juventude, aos alunos em geral e ao Pedro Ramos em particular. A RTP/Antena 1, com o apoio da

Universidade de Lisboa, da Universidade do Porto e do Conselho das Escolas, lançou um concurso para comemorar os 40 anos de democracia.-----

-----Sob o tema:"25 de Abril: O Futuro da Democracia em Portugal e na Europa", jovens do ensino secundário e universitário foram desafiados a pensar e a dizerem como imaginam que vai ser o futuro da Democracia. A ideia era fazerem um ensaio e os vencedores teriam a possibilidade de conhecer o Parlamento Europeu...Entre outras personalidades, o júri do concurso era composto por Jorge Sampaio, Guilherme de Oliveira Martins e Ramalho Eanes.---

-----Pedro Eduardo Borges Pinto Ramos, aluno do 12º ano da Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros, foi um dos 4 vencedores, entre dezenas de concorrentes dos 14 aos 26 anos de idade. Deu entrevistas na antena1 e fez uma reportagem para a RTP....esta foi gravada por escolha do Pedro, na albufeira do Azibo e passou em horário nobre nos telejornais da RTP. Estas atividades deram a conhecer um jovem brilhante e interessado na causa publica e na vida do Pais...um jovem que mesmo pagando a fatura da sua interioridade não deixa de ser um estudante atento e informado...mas foi para além disso... levou mais alto o nome de Macedo divulgando em simultâneo o nosso património turístico....Apresentou posteriormente o seu trabalho no dia 24 de Abril, no salão nobre da reitoria da Universidade de Lisboa, com o Dr. Jorge Sampaio...Tive oportunidade de falar com ele e de lhe pedir autorização para ler o seu ensaio no espetáculo que ocorreu aqui, no centro cultural, no dia 24 de Abril....pedido que foi aceite de imediato e que nas palavras do próprio, muito o orgulharam... Sendo um ensaio critico sobre o futuro da democracia, este estudante não se limitou a apontar falhas e a fazer criticas...mostra-nos uma visão jovem das coisas, apontando algumas soluções que no seu entender, seriam assertivas e benéficas para todos. Fala sobre assuntos que estou certa a grande maioria de nós concordará....O ensaio intitula-se: Portugal, Democracia e Europa – E agora?-----

-----Diz acerca do Pais que “Uma gestão nacional competente não passa pela escolha de um caminho que, em seguida, se segue de forma cega; passa, sim, por uma governação sensível aos estímulos do povo e da Europa, balançando as velas desta nau portuguesa em direção a um horizonte comum de prosperidade democrática que se constrói a cada passo, diariamente.” Também no seu entender, se fazem sentir, a nível nacional os perigos da displicência face à democracia: os níveis de abstenção em eleições atingem hoje patamares bastante elevados. Estará o funcionamento das instituições democráticas ferido nas suas raízes mais profundas? Estará o povo esquecido do valor inominável da nossa democracia? Não creio. Do ponto de vista histórico, estão, pelas piores razões, bem presentes na memória coletiva dos portugueses as exigências de um regime autoritário... Estará o regime tão vincadamente instalado que a população sofre hoje de um entorpecimento que a faz esquecer-se das suas obrigações e direitos democráticos? Não me parece, uma vez mais, ser esse o caso. A relutância generalizada dos cidadãos face ao panorama político da nossa democracia assenta, fundamentalmente, em dois vetores: por um lado, a construção de uma conotação negativa e generalizada face aos agentes políticos nacionais; por outro, um sentido de fechamento partidário à sociedade civil, provocando um problema de representação política.

Urge então abrir os partidos à sociedade: permitir a entrada de ideias, pontos de vista e propostas de modo orgânico e natural seria uma necessidade imperial na construção de uma ligação mais intensa entre os cidadãos e o governo. Diz também que “o regime democrático português revela-se hoje bastante saudável. O debate público é alargado: os meios de comunicação social difundem fóruns e discussões interessantes que pecam, frequentemente, pela falta de profundidade das opiniões e pela leviandade com que se proferem. Deve exigir-se dos políticos e dos deputados o mesmo que se exige de qualquer cidadão responsável: dedicação, honestidade, cumprimento integral da Lei, conduta séria e respeito. Na sua reflexão sobre a Europa, este jovem Macedense acha que “ Há, no nosso país, um desprendimento significativo e crescente face às entidades europeias. Surgem-nos como corpos estranhos, algo que está "do lado de fora" e com o qual as nossas interações são meramente formais. O que podemos então fazer no combate a este fenómeno? Como a grande maioria dos problemas de fundo da sociedade, a educação é a arma primeira para a desconstrução de falsas ideias, a desmistificação e a formação cívica e moral. Também a cultura representa um signo poderoso na nossa democracia. Preservar os bens culturais e promover a sua criação é uma das marcas democráticas, visto que a arte é a mais clara forma de expressão de sentimentos e opiniões. Abandonar a cultura é abandonar o valor das nossas liberdades enquanto sociedade. O grande Nelson Mandela comparou um dia, a democracia sem um sistema sustentável de educação, saúde e apoio social a uma concha vazia. Que Democracia queremos no futuro? E agora? É certo que Portugal é membro da União Europeia, órgão para com o qual tem obrigações. É certo, também, que os mercados de capital existem e têm de ser ponderados, por mais que se deseje ignorá-los. É certo que em função dessas duas condicionantes a forma como se governará o país daqui por diante será provavelmente mais objetiva, precisa, rígida e formal. Os cargos políticos serão exercidos por técnicos meramente teóricos, desligados da realidade quotidiana. Podemos evitar essa possibilidade? Parece-me certo que sim. É importante um Primeiro-ministro que saiba o preço do pão na mercearia da rua. É importante uma política concreta e não abstrata. Lúcida mas sincera. Pragmática mas solidária.-----

-----Na sua visão: “A integração na União Europeia trouxe uma nova dimensão a Portugal: o seu lado europeu, com a colaboração importante entre estados-membros. Saibam os governos apresentar com clareza as suas posições europeias, e saiba a sociedade ter o interesse necessário para reconhecer os seus direitos e deveres a este nível e poderemos alongar as nossas ligações internacionais em planos como o económico, comercial, social e cultural.” Mas o que seria da democracia sem educação, saúde, apoio social, justiça, segurança e paz? Importa defender e evoluir nestes vetores. Urge impedir que a concha se esvazie. Termina o seu ensaio afirmando que “Importa, acima de tudo, não dar a democracia como algo adquirido, não esquecer os sacrifícios e a luta daqueles que, em abril de 1974, implementaram a democracia em Portugal e lutaram pelos seus direitos. Este esforço deve perpetuar-se, diariamente, com os olhos postos no desenvolvimento transversal da sociedade. Muitas serão as dificuldades, muitos tentarão abandonar os mais fracos para perseguir utopias distantes:

mas a democracia é o que existe. Rodeia-nos quando lemos um jornal, quando debatemos uma ideia, quando escrevemos (ou tentamos escrever) um pequeno ensaio. A Democracia somos todos nós, unidos.” Parabéns uma vez mais, Pedro Ramos.”-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Muito Boa Noite a todos os presentes.-----

-----Comemoraram-se, no passado dia 25 de Abril, 40 anos de liberdade e democracia. O poder local foi uma das grandes conquistas de Abril e um dos grandes motores de desenvolvimento do nosso país. Saúdo, por isso, a iniciativa de se comemorarem os 40 anos da revolução com uma homenagem aos primeiros eleitos em eleições autárquicas democráticas. Estive naturalmente presente nas comemorações. Estive enquanto cidadão deste município, enquanto membro eleito desta assembleia e enquanto representante de um partido político cuja ideologia assenta nos ideais de Abril. Vi ali vários antigos presidentes de junta de freguesia e vários membros eleitos da primeira assembleia municipal. Vi também familiares de alguns que, infelizmente, já não se encontram entre nós. Vi um excelente enquadramento humano para uma cerimónia que se adivinhava digna de 40 anos de democracia e liberdade. Mas com o desenrolar da cerimónia fui perdendo a esperança de que o município da minha terra elogiasse verdadeiramente Abril e os que dele participaram.-----

-----Abril não foi o dia 25/04/1974, Abril foram os 40 anos que passaram desde esse dia até hoje, foram todos aqueles que durante esse tempo trabalharam e lutaram para manter Portugal livre, democrático e independente. Essa memória merece respeito e merece ser festejada com o melhor que tivermos. Abril serão também os anos futuros e o exemplo que deixarmos aos nossos sucessores para que consigam fazer deste país um sítio melhor. Pois o exemplo que este município deixa das comemorações do 25 de Abril passado é um exemplo de desorganização. Sr. Presidente os cravos não fazem certamente Abril, mas também o presépio não faz o natal e as amêndoas não fazem a Páscoa e, nem por isso, deixamos de os ter em nossas casas nas épocas correspondentes. Tudo tem o seu simbolismo e tudo tem o seu lugar. Sem brio no que fazemos e sem respeito pelos símbolos da nossa cultura não nos respeitamos a nós próprios. Eu sei que o Município não tem dinheiro, mas, Sr. Presidente, posso dizer-lhe que 200 cravos não custariam mais que 60 euros. Bem menos do que certamente se gasta com coisas mais insignificantes.-----

-----Sr. Presidente um púlpito digno desse nome, para o senhor fazer o único discurso do dia, também não custaria mais que 50 Euros.-----

-----Um palanque digno de receber os que ali foram homenageados, não sei quanto custaria, mas já vi espetáculos organizados pelo município com palcos bem melhores. Um bom alinhamento dos vários atos das comemorações, também há no município quem o soubesse fazer. Mas em contraponto ao espírito de Abril que o Senhor Presidente da Câmara tentou ali fazer crer que comungava, a alguns dos que sabem fazer não lhes é pedido que o façam, só porque pensam de forma diferente. Mas dirão os presentes, que preciosismos. Pois é, mas é nos pormenores que está a qualidade e dignidade das coisas, e cada um dos que aqui está certamente faz questão de não descurar os pormenores nas suas atividades sociais e

profissionais. Mas vamos então e questões menos comezinhas: Saiu gorada a expectativa de homenagem que havia sido criada a muitos ex-autarcas ou a seus familiares. Ali estiveram alguns na expectativa de ouvirem o seu nome ou o nome de um seu ente querido. Na expectativa de um reconhecimento público do humilde contributo que deram para a consolidação da democracia e da liberdade neste país. Não que o tivessem pedido, não, mas apenas porque lhes foi dado a entender que assim seria. Não seria preciso entregar medalhas a todos, bastaria um simples diploma, uma menção ao seu nome dita alto e bom som, a possibilidade de um aplauso dos presentes, em suma, qualquer coisa que reconfortasse a alma dos que ali se deslocaram em respeito ao seu município que, afinal, bem pouco os respeitou.---

-----Finalmente, qual não foi o meu espanto quando vejo que apenas o Senhor Presidente do Município teve direito a fazer uma intervenção. Então o presidente daquele que é órgão máximo da representatividade democrática de um município? Então nas comemorações da liberdade e da democracia não fala o Presidente da Assembleia Municipal?-----

-----Então não tem direito a falar, já não digo um elemento de cada partido aqui representado, mas pelo menos um eleito em representação de todos? Não há uma intervenção de um dos homenageados ou de um qualquer cidadão tido como digno exemplo desta comunidade? Que festa da democracia é esta em que apenas um fala e os demais se limitam a ouvir e aplaudir? A palavra democracia encerra em si muito mais para além do facto de haver eleições de tempos a tempos. Macedo precisa de se cumprir sim. Mas precisa de se cumprir com menos cantoria, menos folclore e menos arraial.-----

-----Macedo precisa de se cumprir com mais seriedade nas atitudes, mais profissionalismo nas ações e mais refinamento na sua imagem.-----

-----O Município de Macedo para além de estar falido financeiramente corre o sério risco de falir cultural e socialmente e disso não há resgate que nos salve.”-----

-----**LUÍS MANUEL DE OLIVEIRA MIRANDA PEREIRA (CDS-PP)** – Fez a seguinte intervenção: “ Ao cumprimentar todos os presentes, não quero deixar de dirigir um especial cumprimento nesta Assembleia enquanto porta-voz do CDS-PP, ao Sr. Presidente da Câmara pelo teor e tom do discurso que proferiu na cerimónia evocativa do 40.º aniversário do 25 de Abril. Discurso que proponho, que esteja ao dispor dos munícipes no sítio da Câmara Municipal. Subscreveria cada linha do mesmo e permita-me que lhe diga Sr. Presidente, que o senti de todas as ocasiões em que o ouvi discursar depois de eleito, pela primeira vez como Presidente de todos os macedenses o que muito me satisfaz. Certo de que é esse espírito o seu e não só coisa trazida pela aragem de Abril, aproveito para aqui colocar duas notas de reflexão e preocupação, que sei que considerará da melhor forma. Da consulta dos documentos disponíveis para a Assembleia de hoje, designadamente das atas das reuniões do Executivo, a informação dos serviços e a ata da última reunião desta Assembleia Municipal, verifica-se que a decisão unânime da Assembleia em nomear como proposto pela Câmara a Empresa PKF, como Entidade Revisora Oficial de Contas, assentou em pressupostos que apresentados ao Executivo e a esta Assembleia como corretos, se veio a verificar posteriormente serem inexatos o que poderia eventualmente até levar à declaração de

nulidade desse ato. A minha intenção e do Grupo que represento, nesta Assembleia, na linha das posições assumidas pelo Vereador Rui Costa, é tão só a de referir a necessidade de haver o maior cuidado nas informações dadas à Assembleia para efeito de votação em que erros evitáveis ou falta de clareza na apresentação de pressupostos para tomada de decisão configure uma atitude por certo involuntária mas sempre de menos respeito pela Assembleia.---

-----Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, qual a razão da contratação feita por dois Municípios, Macedo e Mirandela e não pelos cinco que esta Assembleia assumiu face à informação que lhe foi dada e se pensava correta e que pressupunha a existência das vantagens negociadas de uma contratação em grupo? Sendo só dois Municípios a contratar, que vantagem houve que justifique o afastamento do concurso público? Para aqui colocar a segunda questão que fique claro que não me move pedido ou recado seja de quem for. É uma questão que entendi dever levantar por julgar poder estar em causa a boa gestão da coisa pública e conseqüentemente o desperdício de recursos financeiros que todos sabemos são parcos. Julgo saber que há em vários Departamentos Camarários funcionários, designadamente Técnicos Superiores que estão desaproveitados parcial ou totalmente, a ser exata, esta situação é preocupante. Os funcionários assumem um compromisso ao tomar posse e pressupõe-se até prova em contrário que sejam competentes e úteis sobretudo se já deram provas de capacidade em anos de exercício de serviço público como se pressupõe obviamente que sejam necessários ao bom funcionamento dos serviços, isto já sem falar da justa e legítima expectativa de cada um à realização profissional. Se dirigentes de serviços, têm na sua dependência pessoal tecnicamente habilitado e necessário e não o aproveita há que concluir que tarefas é que ficam por realizar ou são realizadas tardia ou deficientemente ou então que os ditos funcionários estão a mais nesse serviço e devem ser colocados onde sejam úteis. Em qualquer caso tratar-se-á sempre de má gestão da coisa pública. Será assim? Agradeço o comentário do Sr. Presidente da Câmara.”-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ **Moção – Os Baldios são do Povo**-----

-----A recente proposta de Projeto Lei dos Baldios discutida e votada na Assembleia da República, no pretérito dia 2 de Abril, é, antes de mais, uma afronta à Constituição da República e uma provocação aos povos serranos. A Lei dos Baldios, conquita de Abril, volta a estar na ordem do dia, ontem sob o interesse em transferir a propriedade baldia para a propriedade privada das autarquias, hoje, sob a arrogância incontida contra a propriedade comunitária e os direitos ancestrais das comunidades e seu legítimo património. Esta proposta de alteração à Lei dos Baldios pretende descaracterizar os baldios enquanto bens comunitários, para posteriormente os atacar, os alienar, os extinguir. Pretende ainda, subverter o conceito de comparte, estendendo-o a todos os cidadãos da Freguesia, espoliando as comunidades locais do que é seu, há séculos. Tenta-se culpabilizar os órgãos gestores pela inexistência de gestão dos baldios, insinua-se que o recrudescimento de conflitualidade na delimitação dos baldios e nas verbas cativas à ordem do Estado é culpa das comunidades locais, afirma-se que os baldios deixaram de ser um complemento da atividade agrícola, que

estão mal aproveitados e mal geridos, diz-se que os baldios não estão a produzir os benefícios idealizados. Esta argumentação revela um completo desconhecimento das competências e obrigações do Estado deste e de anteriores Governos e ministérios da Agricultura.-----

-----Considerando que por atribuir direito aos baldios a quem não tem ou pode não ter, segundo os usos e costumes, direito a eles, este projeto é inconstitucional; Considerando que a Lei diz: “ao estado compete tecnicamente a execução dos programas anuais de trabalho relativo à instalação, condução e exploração dos povoamentos, à construção e conservação de infraestruturas, ao melhoramento e exploração de outros recursos endógenos nas áreas baldias”; Considerando que esta proposta de Lei ofende e afronta a honra e o trabalho dos Conselhos Diretivos de Baldios e Assembleias de Compartes; Considerando que esta proposta de Lei é uma monstruosidade legislativa e constitucional e um retrocesso nos direitos dos povos que pode influenciar o aumento da emigração na nossa região; Considerando que esta proposta, juntamente com o decreto-lei 96/2013, que regula a Arborização e Rearborização no território nacional, pode influenciar a preservação da diversidade da floresta na nossa região e favorecer as grandes empresas industriais da pasta de papel e celulose; Considerando que a manifestação, do passado dia 3 de Abril em frente à Assembleia da República evidencia a rejeição, por parte dos compartes e legítimos proprietários dos Baldios, desta proposta de Lei.--

-----A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida a 29 de Abril de 2014, delibera: 1- Rejeitar esta e qualquer proposta de alteração à Lei dos Baldios que vise expropriar os povos serranos; 2- Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta alteração legislativa, em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento do interior, e em defesa da identidade local; 3- Exortar e mobilizar as populações para a luta em defesa dos Baldios e contra a sua privatização e descaraterização; 4- Apelar a todos os autarcas, aos compartes, conselhos diretivos das Assembleias de Compartes e à população para o prosseguimento da luta e das diversas ações, contra esta e qualquer proposta de alteração da propriedade dos Baldios.”-----

-----**Abertas as inscrições para discussão da moção, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO: Posta à votação foi esta moção aprovada por maioria com 48 votos a favor e 12 abstenções.**-----

-----**HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Começou a sua intervenção por saudar todos os democratas do 25 de Abril e também os militares que o fizeram, pois sem eles certamente não estariam naquela sala e não teria acontecido o 25 de Abril. Felicitou também a Câmara Municipal pelas atividades que realizou na passada sexta-feira, no dia 25 de Abril. Acrescentou que o Deputado Municipal, Sr. Pedro Mascarenhas referiu na sua intervenção a falta dos cravos e do palco, mas pensa que são falhas que podem ocasionalmente acontecer, tal como a falha verificada de não terem sido lidos os nomes dos eleitos. Disse ainda que nestes últimos 40 anos em Portugal ocorreu um salto muito grande e significativo, além das vias de comunicação que se fizeram. Segundo dados que recolheu do INE o índice de

analfabetismo em 1974 era de 25%, no presente é de 5%; o PIB per capita era de 7.000 mil euros, agora é de 16.000 mil; alunos no ensino secundário eram 44 mil, agora são 412 mil; professores eram 70 mil, agora são 163 mil; telefones fixos eram 790, agora são 4 milhões e meio; mulheres no mercado de trabalho eram 1 milhão e meio, agora são 2 milhões e meio; habitações com água canalizada era de 47% agora são 99%; famílias com casa própria era de 50% agora é de 73% e é portanto isto que a todos nos enriquece e enriquece o País com os 40 anos que passaram. Fez, também, referência à notícia que recentemente paira no ar relativamente à intenção do Governo encerrar entre 40% a 50% das Repartições de Finanças no País. Pelo que ouviu falar no Distrito de Bragança iriam ficar apenas em Bragança, Vila Flor e Mirandela por isso pergunta ao Sr. Presidente da Câmara o que é que isto significa para o concelho de Macedo, ou seja, se tem conhecimento que a Repartição de Finanças de Macedo vai fechar ou não e o que está a fazer sobre esta situação.-----

-----**JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Desde os tempos do Executivo do Sr. António Joaquim Ferreira, que o Município de Macedo de Cavaleiros habituou as suas gentes e os que nos visitavam às boas práticas protocolares. Mesmo quando não havia funcionários na Câmara Municipal com formação nessa área, o Sr. Henrique Martins primava e cuidava para que o protocolo fosse cumprido. Mais tarde quando a governação Socialista tomou posse o Município munuiu-se de pessoas com formação nessa área e passou a ser um dos Municípios que servia de referência nas questões protocolares. Também nos mandatos anteriores do PSD, em que o Eng.º Beraldino Pinto presidia ao Município se manteve a tradição de bem protocolar nas ocasiões que assim o exigiam. Atualmente verifica-se um abandono pelas boas práticas protocolares que se têm vindo a adensar nos últimos tempos. Será que é a nova prática que foi instituída pela nova gestão do Município, ou será falta de conhecimento e saber por parte dos atuais responsáveis? O Município continua a manter nos seus quadros os funcionários, que tão bem souberam realizar esta tarefa ao longo de mais de 20 anos. Quando as alterações que se efetuam não resultam no sentido esperado é sábio retroceder e neste caso trata-se da imagem que a gestão Municipal transmite da sua forma de estar e a importância que dá aos diversos eventos que ocorrem no Município. Tem sido visíveis várias falhas nos eventos que envolvem o Município, desde a não presença de todos os elementos que compõem a Vereação do Município em eventos oficiais, por falta de comunicação para o efeito, a situações que envolvem outros cidadãos e às quais não é dada a verdadeira importância protocolar, como foi o caso ocorrido nas últimas comemorações do 25 de Abril. É também corrente ocorrerem falhas em datas assinaláveis, umas por omissão e outras por desleixo das funções protocolares. Dado que as questões protocolares mostram não só a imagem da gestão do Município mas também a imagem de todos os munícipes, solicito ao Sr. Presidente da Câmara que tome providências para que situações como estas não voltem a ocorrer.”-----

-----**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ O trabalho de promoção e conservação do património geológico levado a cabo ao longo dos últimos anos pelo Município de Macedo de Cavaleiros foi distinguido com o prémio Geoconservação 2014. A

Progeo – Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico anunciou a atribuição do prémio Conservação/2014 à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Esta candidatura da Câmara Municipal intitulada, Geopark – Terras de Cavaleiros, foi distinguida de acordo com uma nota anunciada pelo júri, pelo trabalho efetivamente projetado e concretizado de intervenção e fundamentação científica do património geológico. Os seus níveis de proteção, conservação e estratégias de valorização e promoção. O prémio geoconservação/2014, averbado pela Autarquia junta-se à menção honrosa já recebida em 2010 com a Candidatura Umbigo do Mundo. O PSD congratula-se com a distinção conseguida pela Câmara Municipal atribuída por uma Associação de abrangência Europeia que dá um maior destaque ao trabalho feito, sabemos que estamos esperançados que tal venha a representar um acréscimo qualitativo à nossa oferta turística e para mais numa área nem sempre fácil como é a geologia, mas que é para os entendidos uma área em que Macedo de Cavaleiros, entre outras se distingue dos demais outros concelhos.-----

-----Congratulamo-nos, também, com a forma como decorreu o fim-de-semana do Carnaval, a enchente de visitantes que tivemos nas nossas terras, quer na Cidade quer na Freguesia de Podence. A forma como se conseguiu envolver toda a população, várias instituições, desde as crianças aos adultos, desde as pessoas da Cidade às Freguesias. Verificamos também que durante esse fim-de-semana as televisões estiveram cheias do nome de Macedo de Cavaleiros, tivemos a decorrer em paralelo os Festivais Gastronómicos e tivemos um sem número de coisas que permitiu que o nome da nossa terra fosse mais além. Não podemos deixar também de referir o êxito que teve a exposição da Explosão de Cor e de referir que essa exposição foi convidada para estar presente numa exposição sobre a cor que se vai realizada em Itália no Museu Plazo de Role. Portanto, um sem número de acontecimentos positivos que de uma certa forma estão todos envolvidos no “chapéu do Turismo”. Não posso também deixar de felicitar o Município pela iniciativa que teve no que diz respeito à segunda-feira de Páscoa e à atribuição do dia de tolerância de ponto aos seus funcionários, acho que é sem dúvida um primeiro passo para pegarmos não no facto de não se ter ido trabalhar, mas pegarmos na tradição, e aqui perante os Srs. Presidentes de Junta quero também afirmar que eles são os responsáveis pelo não deixar cair das tradições das suas freguesias. E é nesta envolvente que pedimos ao Sr. Presidente do Município que continue a sua forte aposta no Turismo que continue a sua forte aposta na divulgação das nossas maravilhas, que continue a permitir a que todos os macedenses tenham conhecimento da riqueza que o nosso território tem, porque tenho a certeza que nessa caminhada terá o apoio inequívoco desta Assembleia, que estará sempre a seu lado e o apoiará sem qualquer dúvida.”-----

-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Agradeceu a todos os que visitaram, no corrente ano a Feira do Folar na sua Freguesia, Vilarinho de Agrochão, referindo que tinha sido um sucesso não tendo para isso necessitado da Rádio Onda Livre. Agradeceu ainda ao Município, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara pelo apoio que deu, tendo sido este, um pouco superior ao do ano anterior. Referiu ainda que todos os Vereadores que compõem o Executivo estiveram presentes e ajudaram a que a Feira fosse bastante participada. Sobre a

intervenção do Sr. Deputado Municipal, Miranda Pereira, ficou com uma dúvida pois também ele compreendeu que o assunto do Revisor Oficial de Contas que foi presente nesta Assembleia Municipal era para todos os Municípios que integram a Associação de Municípios, por isso pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se eventualmente houve aqui algum lapso. Fez ainda referência a uns placards à entrada de Macedo, nomeadamente junto à entrada para a Amendoeira que desde sempre se lembra de servirem para os anúncios da Feira de S. Pedro e da Feira da Caça. Neste momento têm lá o nome de uma Empresa e pretende saber se este pertence ao Município ou se é dessa Empresa.-----

-----**PAULO DUARTE DA SILVA DIAS (PSD)** – Na qualidade de Diretor do Agrupamento de Escolas e particularmente como responsável pela Educação Pública do Concelho e crendo que a sua intervenção acaba por ter um enquadramento feliz, quer pela tomada de posse, hoje nesta Assembleia, do Conselho Municipal de Educação, quer pela recomendação que o Sr. Presidente já leu. Disse estar a falar da Reorganização da Rede Escolar que é algo que tem um nome pomposo e que a população em geral, nem sempre toma contacto e se apercebe da dimensão e da importância que este momento tem para o Concelho. Recuando alguns anos atrás disse que há cerca de 12 anos, o Ministério da Educação começou a reorganizar a rede escolar criando os agrupamentos de escolas, na altura o Agrupamento Norte, o Agrupamento Sul e tinham a Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros, como uma Escola não Agrupada. Passados dois anos agruparam o Agrupamento Norte com o Agrupamento Sul e criaram um mega Agrupamento, na altura uma estrutura que tinha cerca de 70 estabelecimentos de ensino e educação. Em 2006/2007 houve uma nova reconversão da rede escolar e fizeram então a fusão do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros com a Escola Secundária, criando assim uma unidade de gestão única no concelho e neste momento têm 10 Estabelecimentos de Ensino a funcionar. Está a falar de uma redução de 60 portas que fecharam. Disse também que não pode dizer que não concordou com algumas das opções que foram feitas em determinados momentos, crê até que toda a gente concordou pois não era profícuo terem uma Escola com um aluno e dois professores, atendendo à especificidade da nossa Região foi elaborada a Carta Educativa, houve muita discussão e muito trabalho e nesse aspeto acredita que Macedo tomou a dianteira e teve alguns ganhos em termos de organização e o exemplo mais próximo que têm é o que se passa hoje em dia em Mirandela que ainda não tem um Centro Escolar como tem Macedo, que não tem uma escola sede com condições de funcionamento como tem Macedo, mas queria dizer também que este momento é particularmente importante e por isso queria pedir ao Sr. Presidente da Câmara e à Sr.^a Vereadora da Educação que aquando da discussão tivessem isso em conta pois da sua experiência as propostas que são feitas pela Administração, são feitas em Gabinete e muitas vezes não têm nada a ver com a realidade que nós vivemos. O Sr. Diretor de Serviços irá estar com certeza na reunião do Conselho Municipal de Educação mas é importante que os Órgãos legítimos da autonomia e da gestão escolar sejam ouvidos e participem nesta discussão. Está a dizer isto porque sabe que há uma proposta, que ele não conhece formalmente porque não lhe foi enviada, nem foi ouvido, apenas lhe foi dito numa reunião que todos os

estabelecimentos de ensino com menos de 21 alunos iriam encerrar e portanto em Macedo de Cavaleiros todas as escolas que estão fora da sede do concelho à exceção talvez de Morais teriam que encerrar. Isto carece de uma atenção especial, porque as que estão a funcionar, foram escolas que foram escolhidas para receberem alunos de outras freguesias próximas que já viram os seus estabelecimentos encerrados e portanto se não se mantiver esta situação vão assistir a um processo em que os pais simplesmente, e acredita que muito bem, não vão aceitar que crianças do pré-escolar se desloquem diariamente num transporte para ir para a Escola sede do concelho e isso vai significar um retrocesso grave na formação e preparação das crianças para a entrada no Ensino Básico. E portanto, este é um momento de decisão importante do futuro do concelho. Referiu ainda que Macedo está neste momento num grupo de 25 concelhos privilegiados em termos de resultados escolares, em termos de habilitação da população, foi um dos 25 concelhos do País que mais evoluiu, é um dos 25 concelhos em que os resultados escolares estão acima da expectativa e portanto esta é uma riqueza que têm e que não podem perder. Mas se não conseguirem pelo menos manter o que têm, este retrocesso vai acontecer. Solicita portanto ao Sr. Presidente da Câmara se tem mais alguma informação sobre o assunto que dela dê conhecimento.-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** relativamente às considerações que foram tecidas sobre o 25 de Abril disse que não iria usar da palavra só como Presidente da Assembleia Municipal mas também na qualidade de Presidente da Comissão Permanente que, para o efeito, reuniu duas vezes. A primeira reunião teve como objetivo ver o que poderia ser feito, esquematizar uma proposta no sentido de fazer diligências junto da Rádio Onda Livre para fazer crónicas diárias, o que veio a acontecer em programas em direto das 10.00h às 11.00h e com repetição da parte da tarde, em que de acordo com os seus critérios jornalísticos, entrevistaram pessoas, sobre este assunto. Procuraram o envolvimento dos Jovens Mic e dos Escuteiros na declamação de poemas, também os Bombeiros e a GNR estiveram presentes, especialmente os Bombeiros, em grande número, a Banda 25 de Março, como já é habitual, o Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo e envolveram ainda a Secção Desportiva dos Bombeiros para organizar a caminhada que fizeram da parte da tarde, além de também se poderem congratular com o facto de dois macedenses terem nascido na data que estavam a celebrar, 25 de Abril de 1974.-----

-----Eles têm que reclamar a paternidade, para o bem e para o mal, do que fizeram. Se correu bem a Assembleia Municipal e a Comissão Permanente estiveram bem e aproveita para lembrar de que na Comissão Permanente estão representantes do PSD, do PS, do CDS-PP e da CDU e se estas situações se repetirem, têm de reconsiderar o interesse e a validade das reuniões da Comissão, uma vez que o lá aprovam em conjunto depois é questionado pelos representantes dos partidos. Se as pessoas não se vêm representadas naqueles que nomearam para os representar têm de equacionar um outro procedimento. Que fique claro que todo o programa para o 25 de Abril foi a Comissão Permanente que o propôs e a Câmara apenas deu as condições para poderem executar esse mesmo programa. Quanto ao facto de o Presidente da Assembleia Municipal não falar no 25 de Abril foi propositado, pois ele próprio é

que não quis falar, não foi o Sr. Presidente da Câmara que o proibiu de falar. E não houve nenhum membro da Comissão Permanente, nem da Assembleia Municipal que dissesse que o Presidente ou alguém da Assembleia, devia usar da palavra nesse dia, caso contrário, teria sido considerado esse assunto.-----

-----No corrente ano pretendeu-se envolver os macedenses, e acha que foi conseguido, pois houve uma grande participação no evento e para eles isso foi prioritário, em relação aos discursos bonitos que pudessem fazer. Respeita a intervenção aqui feita, mas não pode concordar com o tom que foi usado. Foram dadas algumas sugestões que têm todo o cabimento em termos de futuro e podem eventualmente acatá-las mas a maneira como exageradamente se falou em pormenores e não se elogiou, nem fez qualquer referência ao essencial, pois no fundo essa questão de não se terem dito os nomes dos eleitos foi uma falha que assumem. Relativamente à questão da placa ele até era de outra opinião, mas efetivamente o critério foi o que aprovaram na Comissão Permanente. Assume portanto a Assembleia Municipal e a Comissão Permanente tudo o que correu bem e o que correu mal, não tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal qualquer responsabilidade nisto, a ele só têm a agradecer, pois possibilitou a criação dos mecanismos, facultou o pessoal e através dos meios financeiros, permitiu a implementação daquilo que era intenção da Assembleia Municipal.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para responder às questões colocadas. Começou a sua intervenção referindo-se ao membro eleito, Sr. Pedro Mascarenhas, dizendo de que de facto no melhor pano cai a nódoa, tudo poderá ser verdade mas também teve ecos de outros concelhos que não pertencem ao PSD e nada fizeram e são tão democratas quanto eles. Disse o Sr. membro eleito que nem um alinhamento sabem fazer, mas está enganado, pois sabem fazê-lo e muito bem e quer deixar nesta Assembleia uma palavra de apreço, porque não o fez no seu discurso, a todos aqueles que trabalharam no dia 25 de Abril e contribuíram para tornar esse, um dia memorável dos 40 anos, a todos os macedenses. Disse-lhe ainda que o 25 de Abril é do povo e o povo não precisa de palanques de luxo. O Menino Jesus nasceu não num presépio mas num estábulo. Nestas comemorações elevaram também a cultura pois tiveram lá os jovens Mic e Escuteiros a declamar e homenagearam os primeiros eleitos, ou seja, respeitaram o passado, o presente e o futuro. Para estas boas práticas protocolares e dando resposta ao membro eleito, Sr. João Rocha, disse que a Câmara vai colmatar alguma falha que possa existir, pois vai providenciar no sentido de mandar tirar cursos nesta área.-----

-----Ao membro eleito, Sr. Miranda Pereira, agradeceu as palavras simpáticas que lhe dirigiu e colocará a mensagem que quis deixar aos macedenses no sítio da Internet, para que todos a possam ver. Relativamente à questão da PKF informou que o procedimento que se processa na Associação de Municípios é idêntico a todos os outros procedimentos dos concursos e esta resposta serve também para o Sr. Manuel Mico, Presidente da Junta de Vilarinho de Agrochão.-----

-----Ao membro eleito, Sr. Adalberto Fernandes, disse que a questão dos Baldios é de

todos e achou bem que tivesse apresentado a moção.-----

-----Quanto à questão das Finanças é um facto que se comenta mas, as listas de encerramento que estão a ser prematuras e precipitadas não correspondem a qualquer proposta final de reorganização. O Governo transmitiu que pretende discutir previamente com todos os Municípios a reorganização dos serviços públicos e o Governo está a trabalhar numa solução que não deixará qualquer Município sem a presença dos Serviços de Finanças, tendo anunciado já a possibilidade de criação de um posto de atendimento fiscal. Ainda não há nada em concreto para poderem dizer se em Macedo fica aberto ou fechado.-----

-----Ao membro eleito, Sr. Luís Gonçalves, disse que, efectivamente, é verdade que em Macedo têm muitas coisas, têm além da Feira da Caça, o Carnaval, o prémio que ganharam através do Geopark, a exposição chamada explosão de cor que é um bem que aconteceu também a Macedo e as tradições são para continuar em Macedo, por muito que haja quem as não queira-----

-----Ao Sr. Presidente da Junta de Vilarinho de Agrochão, Sr. Manuel Mico, agradeceu as suas palavras e clarificou que o montante atribuído para a Feira do Folar foi por vontade de toda a Câmara, não foi só do seu Presidente.-----

-----Ao membro eleito, Sr. Paulo Dias, informou que nesta rede escolar relativamente à proposta de encerramento a Autarquia tomou uma posição clara de rejeitar a proposta que lhe foi dirigida. A Sr.^a Vereadora logo que teve conhecimento da proposta reuniu de imediato com os Presidentes de Junta e também com as Educadoras. O assunto foi também presente em reunião de Câmara onde foi discutida e foi aprovada por unanimidade a proposta de rejeição do encerramento dos estabelecimentos de ensino, ou seja, Jardim de Infância e EB1 de Chacim. O assunto será também brevemente discutido no Conselho Municipal de Educação. Convidaram também o Sr. Diretor da DREN para se deslocar ao terreno a fim de fazer uma viagem com as crianças para assim poder verificar a sinuosidade das nossas estradas e tentar que não encerrem os estabelecimentos que pretendem.-----

-----**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Disse que já tinha sido nesta sessão evocado os 40 anos do 25 de Abril e que efetivamente uma das grandes conquistas de Abril foi o Serviço Nacional de Saúde e Portugal tem um dos melhores serviços de saúde do mundo, mas infelizmente nos últimos anos têm assistido a algumas tentativas de retrocesso por visões curtas que decidem nos Gabinetes, que não conhecem a realidade e muitas vezes essas decisões enfermam por não se medirem as consequências das mesmas, ou seja muitas vezes tomam decisões com o intuito de diminuir custos mas fica sempre a sensação que foram prejudicadas as populações e não conseguiram reduzir os custos. Vai entretanto circulando uma informação junto do pessoal de Saúde do Hospital de Macedo que os está a deixar preocupados, pois já se foram habituando que “ onde há fumo há fogo “ e de facto nos últimos tempos têm assistido a algum borborinho relativamente à Unidade de Convalescença. Na sequência do protocolo celebrado em 2007 entre a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e a ARS Norte foi determinado que em Macedo e para aproveitamento do antigo

Centro de Saúde seria totalmente reconvertido sofrendo profundas obras que foram no valor de dois milhões de euros, tendo-se criado uma Unidade de Convalescença de facto exemplar, mesmo assim com 18 vagas para a convalescença e 8 de cuidados paliativos, mas mesmo assim insuficiente para cobrir aquilo que são as necessidades do Distrito ou pelo menos para aquilo que é apontado no documento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados que aponta para um rácio de 24 camas por 100/mil habitantes, sendo que o Distrito de Bragança tem cerca de 140/mil habitantes, isso apontaria para cerca de 34 camas. Portanto a Unidade de Macedo de Cavaleiros mesmo sendo única no Distrito e em termos de rácio insuficiente para as necessidades, é no entanto uma Unidade de excelência e é reconhecida por todos pelos cuidados que presta. Em termos de Comissão de Saúde causa-lhes estranheza que corram rumores no sentido de uma possível deslocalização deste serviço para outro local e nomeadamente para uma Entidade Privada, o que muito estranham, nomeadamente para o Hospital da Terra Quente. Preventivamente, a Comissão de Saúde analisou esta questão e trata-se apenas de rumores mas, pela experiência passada é bom dizer que se anteciparam e que foi uma posição conjunta da Comissão no sentido de rejeitar liminarmente qualquer tentativa de deslocalização desta Unidade de excelência que tanto dinheiro custou aos contribuintes e há tão pouco tempo, pois está em funcionamento apenas há 3 anos e que alguém possa ter esta ideia peregrina de retirar uma Unidade desta qualidade de Macedo de Cavaleiros.-----

-----Referiu também que há uma situação com a qual não estão minimamente de acordo e que tem a ver com as análises clínicas associadas à Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros que desde o ano de 2010 até à data houve uma decisão no sentido do encerramento durante o fim-de-semana do Laboratório de Análises Clínicas e que efetivamente tem causado perturbações no funcionamento normal do serviço e há coisas que têm limites pois teve conhecimento que há bem pouco tempo houve 12 episódios de transporte de amostras para análises em Bragança, que significa 12 vezes o percurso de 80 Km, e imaginem os custos que isso acarreta, nesse sentido apresentou a moção que a seguir se transcreve:-----

-----“ O encerramento do laboratório de análises clínicas da Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros, durante os fins-de-semana, tem provocado enormes constrangimentos ao seu normal funcionamento, especialmente no serviço de urgência e no pós-operatório de ortopedia, criando ansiedade nos seus utentes e sujeitando-os a tempos de espera inaceitáveis, que frequentemente ultrapassam várias horas, em nome de uma poupança muito discutível. De facto, por cada análise solicitada ao laboratório em Bragança, é necessária uma deslocação de aproximadamente 80Km.-----

-----São também do nosso conhecimento casos de doentes que deixam de recorrer ao serviço de urgência de Macedo de Cavaleiros por recearem uma longa espera, em caso de necessidade de análises clínicas.-----

-----Em casos mais urgentes, tem sido enviado o doente à Unidade Hospitalar de Bragança, regressando posteriormente.-----

-----Estes factos contribuem para a degradação da qualidade dos serviços de saúde

prestados na Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros, e contribuem para uma redução do número de admissões de doentes no seu serviço de urgência.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em 29 de abril, considera inaceitável o atual regime de funcionamento do laboratório de análises clínicas da Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros, e solicita ao Conselho de Administração a revisão do mesmo, no interesse dos utentes desta Unidade Hospitalar.”-----

-----**Abertas as inscrições ninguém pretendeu usar da palavra sobre a moção.**-----

-----**DELIBERAÇÃO: Posta a moção à votação foi a mesma aprovada, por unanimidade, dos 60 membros eleitos presentes.**-----

-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Disse à Assembleia Municipal que integra a Comissão Permanente em representação dos Presidentes de Junta do PS. De facto tudo aquilo que decidiram em sede da Comissão Permanente a única coisa que falhou no dia 25 de Abril, efectivamente, foi a questão dos Presidentes de Junta que entendeu desde sempre que iriam ser chamados um a um para lhes ser entregue a medalha. Quanto à questão de falar o Sr. Presidente da Câmara ou o Sr. Presidente da Assembleia, pensa que nem sequer falaram nisso e agora já não há nada a fazer.-----

-----**MARIA HELENA LOPES GONÇALVES (PSD)** – Referiu que a sua intervenção foi motivada pela intervenção do Deputado Municipal, Sr. Pedro Mascarenhas, pois o tom triste em que a proferiu por momentos até pensou que tinha morrido alguém. Disse que ainda no dia atrás, numa reunião em Bragança, alguém de uma Câmara Municipal que por acaso é do PS lhes deu os parabéns pelas Comemorações do 25 de Abril, em Macedo, ou seja tudo quanto é de bom na nossa terra, temos que lhe apontar sempre um defeito. Porque, Sr. Deputado Pedro Mascarenhas, com cravo, sem cravo, com palanquim de luxo, ou com palanquim pobre, o 25 de Abril aconteceu em Macedo de Cavaleiros. Aconteceu há 40 anos, e ela própria na segunda-feira foi convidada para ir dar uma entrevista à Rádio Onda Livre, onde com muito gosto foi e deu o seu testemunho, e onde membros do partido do Sr. Deputado Pedro Mascarenhas lhe foram dar os parabéns, e alguns estão presentes nesta Assembleia. Agora, o cravo pode não estar na lapela, mas pode estar no nosso coração porque o 25 de Abril, tal como disse o Sr. Presidente da Câmara é de todos, é do povo não é do Partido Socialista.-----

-----Aproveitou para felicitar o Sr. Presidente da Câmara e dizer-lhe que teve um discurso muitíssimo feliz, que lhe encheu as medidas. Houve de facto essa falha dos nomes, pois também ela gostaria de ter ouvido o nome do seu falecido pai, mas, se a falha foi da Comissão Permanente não tem de se apontar o dedo ao Sr. Presidente da Câmara. Lembrou não estar ali para defender ninguém, a não ser aquilo que lhe pareceu tão óbvio; um tom de voz com uma grande tristeza, depois de terem celebrado uma festa, os 40 anos de Democracia e com muita alegria. Disse ainda que participou em muitas ações de democracia que hoje até são impensáveis, nomeadamente um saneamento político, onde ela própria esteve presente, e que partiu de um grupo de professores de Macedo de Cavaleiros.-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Disse que está algo de acordo com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pois é verdade que na reunião da

Comissão Permanente foram discutidas as comemorações do 25 de Abril. Sabe bem qual é a relação de forças que existe nesta Assembleia e nesta Câmara e reconhece que da sua parte não houve grande audácia no sentido de tentar levar lá determinadas questões porque sabia de antemão que à partida não iriam passar. Mas entende e o seu Partido a CDU, entende também que o 25 de Abril não tem dono, é de todos e portanto a nossa organização política é feita por forças políticas e até agora ainda não foi de outra forma e são essas forças que a todo o custo representam o povo, logo todas essas forças devem dizer o que sentem no 25 de Abril. Se tomarem como exemplo o que aconteceu ao nível da Assembleia da República que não foi dada a palavra aos Capitães que fizeram o 25 de Abril, e aqui também aconteceu um bocado disso. Agora, é óbvio que os partidos que estão na oposição têm sempre o direito de contestar o 25 de Abril de uma só parte ou de uma determinada forma.-----

-----Quanto ao não terem sido chamados os Presidentes de Junta também ele achou que esta parte esteve mal, mas também há aqui uma coisa que ele quer dizer que quando aconteceu o 25 de Abril ele era um jovem, no entanto também pode levantar aqui um fantasma que fique na memória das pessoas, a democracia estava-se a fundar e também estavam num período em que as forças políticas no nosso Distrito, nomeadamente o Partido Comunista dificilmente ia às Freguesias e dificilmente tinham voz.-----

-----Sendo 20.00 horas, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do Plenário, se deveríamos continuar os trabalhos ou interrompê-los para o jantar até às 21.30 horas.-----

Abertas as inscrições usaram da palavra:-----

-----**CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS (PS)** – “ O Partido Socialista acha que se deve continuar os trabalhos, não havendo intervalo. A haver intervalo que passem a marcar as sessões para o horário das 21.00h como no início do mandato sugerimos.”-----

-----**PAULO DUARTE DA SILVA DIAS (PSD)** – “ Sr. Presidente é nosso entendimento que possamos dar continuidade aos trabalhos.”-----

-----**LUÍS MANUEL DE OLIVEIRA MIRANDA PEREIRA (CDS-PP)** – “ Podem continuar os trabalhos, sem interrupção.”-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – “ Prossigam os trabalhos.”-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que referiu que na sua anterior intervenção não elogiou a Juventude e, de facto, ao jovem Pedro Ramos todos devem agradecer pelo elevar da nossa terra a quem chamam de interior, ao patamar elevado da política. Todos os jovens que ganharam eram residentes a Norte do Mondego.-----

-----Respondeu ainda ao Presidente da Junta de Vilarinho de Agrochão, Sr. Manuel Mico, que mandou fazer um levantamento sobre os placares que depois será entregue aos Srs. Vereadores.-----

-----Quanto à questão do Deputado Municipal, Sr. Miranda Pereira, relativamente aos técnicos superiores da Câmara Municipal disse que desconhece a situação mas se

efetivamente estão desaproveitados solicita que lhe faça chegar essa situação para poder tomar medidas e pô-los a trabalhar.-----

-----Quanto à saúde, esta é uma preocupação também da Câmara e vão pôr a funcionar novamente a Unidade Móvel de Saúde.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 2.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c), N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4, DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

-----Pelo excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta acta.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal qual é o ponto da situação sobre a rede de saneamento em Latães, bem como o coletor que está em fase de concurso, dado que se está a aproximar o Verão e nesta freguesia ainda têm esgotos a céu aberto. Pediu portanto que esta obra seja iniciada com a urgência que a mesma requer.-----

-----**JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Disse ao Sr. Presidente da Câmara que na última Assembleia Municipal fez referência ao conteúdo da informação escrita e o Sr. Presidente respondeu-lhe que iria ter em atenção as lacunas que tinha apontado. Algumas estão corrigidas mas ainda há outras que estão em falta, apesar de o Sr. Presidente da Câmara se ter comprometido que viriam na próxima informação, ou seja nesta, como é o caso das empreitadas que é importante a Assembleia saber como elas decorrem. Relativamente a esta informação escrita perguntou o que se passa com a execução do saneamento e abastecimento de água em Nozelos, pois há três informações escritas que vem como adjudicada, o que quer dizer que ainda não está em execução e gostaria de saber porquê. O mesmo acontece com o saneamento nas aldeias de Latães, Burga e Ferreira que nas últimas três informações também se encontram em fase de concurso. Perguntou ainda em que ponto da situação se encontra a Revisão do Plano Diretor Municipal e do Plano de Urbanização e para quando está prevista a conclusão do projeto de arruamento de ligação entre o Centro de Saúde e a Rua dos Merouços.-----

-----Relativamente às atividades do Sr. Presidente da Câmara gostaria de saber qual foi o resultado obtido das reuniões que teve, nomeadamente a 14 de Março com o Sr. Secretário de Estado das Finanças, na reunião do dia 09 de Abril com o Sr. Presidente da Estradas de Portugal e ainda no mesmo dia o que se passou na reunião com o Sr. Secretário de Estado das Florestas.-----

-----**ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Informou o Sr. Presidente da Câmara Municipal que tinha chegado ao conhecimento da CDU que na Estrada Nacional 15, nomeadamente na saída para Azibeiro na A4, há um abatimento de terras na via, que não está

sinalizada e que provoca um grande problema. Não sendo esta resolução da jurisdição da Câmara Municipal, alerta no entanto o Sr. Presidente para que diligencie no sentido de que seja colocada no local a respetiva sinalização, por forma a evitar ali graves acidentes rodoviários.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO GÉNIO (PSD)** – Começou a sua intervenção por dizer que na Assembleia Municipal do passado dia 26 de Fevereiro o Sr. Deputado Municipal, João Rocha, aquando da apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, falou acerca da execução das obras: arranjo do Largo nos Olmos, arruamentos em Chacim, arruamentos e muro de suporte em Talhinhas, arruamentos em Murçós e muro de suporte em Santa Combinha. Confessou que quando ouviu falar em Chacim até ficou comovido e sentido, e ficou a pensar no assunto, interrogando-se até se a Freguesia de Chacim não merecia, essas obras. Neste momento pode dizer ao Sr. Deputado, João Rocha que sabe bem que só a Câmara PSD fez obra em Chacim, mesmo quando a Junta era PS. Quando a Câmara era PS, nunca fez nada na Freguesia de Chacim.-----

-----Neste momento **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra **ao Sr. Presidente da Câmara Municipal** que respondeu aos membros eleitos, Srs. Humberto Trovisco e João Rocha, relativamente às obras que estão em execução, informando que lhes faltam os fundos disponíveis para a sua adjudicação e é por esse motivo que elas vêm sucessivamente, quando tiverem os fundos disponíveis passarão para as obras adjudicadas e irão ser executadas. Disse ainda que há de facto uma falha com uma promessa que aqui tinha deixado pois falta o nome da Empresa e o valor da adjudicação. Sobre a reunião com o Secretário de Estado das Finanças, já deu essa resposta na intervenção do membro eleito, Sr. Humberto Trovisco. Relativamente às Estradas de Portugal na reunião que decorreu no dia 09, foi para tratar do assunto sobre a má sinalização que existe no Nó de Santa Combinha e de Lamas. Entregou ao Sr. Presidente da Empresa Estradas de Portugal a mesma documentação que já tinha sido entregue, anteriormente à Autoestradas XXI e ficaram de lhe dar alguma resposta. Falaram ainda sobre as estradas que eram classificadas e desclassificadas e ainda das rotundas que fazem parte do conjunto da A4 e do IP2 e em ambas disseram não haver problemas desde que a Câmara aceitasse um protocolo podiam ficar com as rotundas pois eles não tencionavam fazer absolutamente nada nessas rotundas, que são 5.-----

-----A reunião com o Sr. Secretário de Estado das Florestas foi devido ao tema PDM. Estão a fazer a desafetação do perímetro de rega em 2 situações que a Câmara considera que tem razão e por isso foi tratar dessas desafetações com o Sr. Secretário de Estado, ficando agora a aguardar a resposta do Sr. Secretário de Estado para poderem avançar com o PDM. Quanto ao Plano de Urbanização já tinha dito que não há e sobre o arruamento, este já existe só falta concluí-lo e obviamente tirá-lo da informação escrita, porque a empresa que o elaborou também já não existe.-----

-----**PONTO 2.3 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, AO SR. ALFREDO AUGUSTO VAZ – EMISSÃO DE PARECER NOS TERMOS DO ART.º 2.º DO REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada em 2014.04.14, que se transcreve: “ PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO, AO SR. ALFREDO VAZ-----

-----Presente a proposta apresentada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista, que se transcreve: *“No concelho de Macedo de Cavaleiros, a data de 29 de Abril de 2013 fica marcada pela morte de Alfredo Augusto Vaz, aos 83 anos. Nascido a 15 de Junho de 1929, o Sr. Alfredo Vaz, como era conhecido e tratado pelos macedenses, para além de um comerciante de referência no concelho, foi um homem dedicado à causa pública, com particular destaque enquanto autarca e também enquanto defensor de causas sociais e religiosas. Enquanto autarca, merece especial relevo o facto de ter estado 48 anos ligado à Junta de Freguesia da sede do concelho, Macedo de Cavaleiros. Entre 1960 e 1982, esteve ligado à Junta de Freguesia como Secretário na presidência de António Carlos de Sá Dias. Em 1982 ganha as primeiras eleições como candidato pelo CDS e a partir de 1985 até 2008, ano em que renunciou por motivos de saúde, esteve sempre como Presidente de Junta de Freguesia pelo PPD/PSD. Alfredo Vaz foi sempre um candidato decidido, determinado e isso tornou-o um candidato invencível, só vencido pela doença, Quando confrontado com a persistência e as razões pelas quais se candidatava, respondia: “trabalho por amor à camisola”. Foi um autarca de tempo inteiro, era comum vê-lo a qualquer hora do dia, atender um “freguês”, fosse na sede da Junta de Freguesia, fosse no próprio estabelecimento comercial. Nunca regateava uma ajuda ou um serviço da Junta, estava sempre disponível. Fez da colocação da estátua de D. Nuno Álvares Pereira na avenida que lhe dá hoje o nome, uma batalha pessoal, conseguindo através de peditórios, arrecadar o dinheiro suficiente para a sua execução e colocação. Com o apoio da Câmara Municipal, levou a cabo a construção da sede de Junta de Freguesia, edifício partilhado com a Biblioteca Municipal. Era habitual o seu apoio através da Junta, às coletividades culturais e desportivas da vila/cidade. Pelo exposto, e por muito que a favor do destinatário poderia certamente dizer-se, os vereadores do Partido Socialista, em forma de homenagem póstuma, propõem a atribuição da **Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro**, ao macedense Alfredo Augusto Vaz. Mais se propõe, que, em conformidade com o Regulamento das Distinções Honoríficas do Município, a cerimónia solene de entrega aos familiares, na pessoa do filho, tenha lugar no Feriado Municipal (29 de Junho) do corrente ano, no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros”.*-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir a Medalha Municipal de Mérito ao Sr. Alfredo Augusto Vaz. Mais foi deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal, para aprovação.”-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS (PS)** – Leu a proposta atrás transcrita, que foi apresentada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista na reunião ordinária da Câmara Municipal no dia 14.04.2014, relativamente à atribuição da Proposta de Atribuição de Medalha Municipal de Mérito, ao Sr. Alfredo Vaz e com a qual a bancada do Partido Socialista da

Assembleia Municipal, concorda plenamente.-----

-----**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Referiu que depois de ter ouvido a Deputada Municipal, Celina Martins, é óbvio que também o Grupo do PSD não poderá deixar de se congratular pelo consenso gerado à volta de uma personalidade impregne como foi a do Sr. Alfredo Vaz, enquanto Presidente de Junta, enquanto pessoa desta cidade, enquanto exemplo do poder autárquico, ou seja uma concretização clara daquilo que se pretende que seja o poder local, pois ele representará aquilo que são e que foram a figura de todos os Presidentes de Junta, que ao longo deste 40 anos têm feito todo este percurso e são os que estão efetivamente disponíveis no nosso dia-a-dia e que nas suas localidades acabam por condignamente representar o povo.-----

No que diz respeito concretamente ao Sr. Alfredo Vaz este consenso de que já falou no início da sua intervenção é bem evidente quando o próprio PS diz que ele era invencível e reuniu este consenso ao ponto de apresentarem esta proposta de condecoração que muito honra o PSD atendendo a que desde 1985 até 2008 tão bem representou este Partido.-----

Para todos os que o conheceram tem toda a razão o Partido Socialista quando diz que atendia e muitas vezes não eram fregueses, eram simplesmente cidadãos que por ali estavam a tratar dos seus problemas, na sua rua ou outros e o Sr. Alfredo Vaz por lá estava a tratar das situações com toda a sua disponibilidade e abnegação e com tudo aquilo que todos sentem que o caracterizava e que por esse motivo ele se tornou o tal Presidente de Junta e o tal candidato invencível sucessivamente contra tudo e contra todos. Por este facto, é para o Grupo do PSD motivo de orgulho e regozijo, terem alguém que reúne consensos desta natureza. Deixa também em nome do PSD a homenagem a este ilustre Macedense, embora seja a título póstumo.-----

-----**HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Enquanto Presidente de Junta de Freguesia, por várias vezes nas reuniões deste Órgão se sentou ao lado do S. Alfredo Vaz e só lamenta que esta iniciativa não tenha sido tomada quando o Sr. Alfredo era vivo, mas, nunca é tarde e ele era um homem dedicado à causa pública e por isso deixa aqui o seu obrigado ao Sr. Alfredo Vaz.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciada a proposta, a Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou dar parecer favorável à atribuição da Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, ao Sr. Alfredo Augusto Vaz.**-----

-----**PONTO 2.4 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2013, NOS TERMOS DA ALÍNEA I), N.º 2 DO ARTIGO 25.º EM CONJUGAÇÃO COM A ALÍNEA j), N.º 1 DO ARTIGO 35.º AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada em 2014.04.17, que se transcreve:“ DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2013-----

-----Presente para apreciação e aprovação os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2013.-----

-----Relativamente a este Documento **o Sr. Presidente da Câmara** informou o seguinte:

“Sem entrar numa leitura exaustiva dos números apresentados, cumpre-nos realçar alguns dados que consideramos relevantes. A começar pela clara aproximação à média nacional de execução global de receitas e despesas. De facto, no que concerne às receitas, e atingimos o valor percentual 85,6%, uma clara evolução relativamente aos 79,2% de 2012. Já no que respeita às despesas, o valor cifou-se em 85,5% comparativamente aos 78,97% de 2012. Mas podemos, de igual forma, realçar que a execução de receitas correntes se situou nos 96%, uma clara evolução relativamente aos 92,9% de 2012, sendo que as receitas de capital, por diminuição das entradas provenientes do FEDER, baixaram de 66,3% em 2012 para 59,4% em 2013.-----

-----Já no que respeita às despesas correntes, a execução de 93,5% significa uma evolução relativamente aos 92,86% de 2012, assim como o processo semelhante se verifica no que às despesas de capital respeita, numa execução de 73% contra os 62,84% de 2012.-----

-----Sublinhamos, ainda, a execução das Grandes Opções do Plano em 66,78%, comparativamente aos 63,97% de 2012 ou a do Plano de Atividades Municipal, que se fixou nos 81,27%, contra os 76,62% do ano anterior.-----

-----Contudo, como afirmámos, não pretendemos ser exaustivos. Não podemos, no entanto, deixar de sublinhar a diminuição de cerca de 14,5% na dívida de médio e longo prazo e de cerca de 3,6% no equivalente de curto prazo. É inegável o esforço efetuado, representativo do compromisso que assumimos perante os Macedenses. Será inequívoca a forma de gestão dos destinos do Município, corroborada pelo relatório agora apresentado e disponibilizado em tempo útil.-----

-----Estamos, como sempre estivemos, abertos à crítica construtiva, de forma a persistirmos na colaboração do nosso concelho num patamar ainda mais elevado. Pretendemos, com a colaboração responsável da restante vereação, manter o concelho de Macedo de Cavaleiros como uma referência. Acreditamos que essa vontade será partilhada por todos os seus membros”.-----

-----Relativamente ao assunto, o Sr. Vereador Rui Manuel Rodrigues Vaz disse que a apresentação do Documento de Prestação de Contas, enfermou, de forma recorrente nos últimos doze anos, por ser feita em cima da hora, sem por isso dar tempo a uma análise séria e responsável por parte dos vereadores do Partido Socialista. Esse procedimento levou a que os vereadores do Partido Socialista se tivessem sucessivamente manifestado indisponíveis para votar favoravelmente o documento. Mais uma vez a situação se repete, nesta que é a primeira apresentação de contas deste executivo, mesmo não sendo o responsável pelas contas referentes ao último ano do mandato anterior. -----

-----Relativamente ao documento enviado pelos revisores de contas, disse que, confrontado com o ponto n.º 6 da certificação, ficou perplexo com algumas das afirmações nele contidas, nomeadamente quando se diz: - “O Município não dispõe de um cadastro do imobilizado que permita efetuar uma verificação física e inequívoca dos bens de sua propriedade”. - “A análise à rubrica de investimentos financeiros foi efetuada com base em informação prestada pelo próprio Município, não tendo sido possível obter adequada documentação que comprove

inequivocamente a titularidade das participações municipais que constam do Balanço, cujo saldo até 31 de dezembro de 2013 ascende ao valor de x”. - “Na rubrica de Proveitos diferidos, por isso insuficiência de informação relativamente aos bens participados, não nos foi possível validar a conformidade dos proveitos imputados pela Câmara ao exercício de 2013, sendo de realçar que, de acordo com o POCAL, os proveitos de subsídios ao investimento deverão ser reconhecidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizados as amortizações do imobilizado a que respeitam”.

----- “À data de emissão do presente relatório, ainda não havíamos obtido as respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos efetuados a terceiros, incluindo entidades bancárias”.

-----“Por não se encontrarem implementados adequados procedimentos de reconciliação de saldos e transações, não nos foi possível realizar adequados procedimentos alternativos de auditoria de forma a ultrapassar esta limitação”.

-----“Deste modo, não nos foi possível concluir sobre a razoabilidade dos montantes evidenciados nas rubricas Depósitos em Instituições Financeiras, Fornecedores e Dívidas a terceiros – Médio e longo prazos, que constam no Balanço de 31 de dezembro de 2013”.

-----Mais disse que, isto são afirmações que não abonam muito a favor da instituição no que diz respeito à forma de responder às solicitações de quem audita as suas contas. Pelo exposto, e apesar de existirem razões para uma mudança de tendência de voto para voto contra, atendendo a que é o primeiro ano em que as contas são certificadas por entidade externa, vão os vereadores do Partido Socialista mais uma vez abster-se na votação do documento como consta na declaração de voto que apresentam.

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto** relativamente ao documento de prestação de contas referiu que este é feito basicamente de números do passado e que são a realidade do Município, mas que servem para sobre eles poderem fazer uma análise. Pensa que muito mais do que aquilo que melhoraram, e que aqui foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara, o que é mais importante é a questão de terem pela primeira vez contas certificadas; estas sim, suscitam-lhe algumas reservas e por isso pensa que devem debruçar-se mais sobre as questões que são indicadas no documento dos revisores. Mais referiu que o documento vale o que vale; o mais importante é terem umas contas sãs e para isso elas devem ser certificadas e não deviam constituir reservas; e se as houver que sejam aquelas de menor importância, que normalmente podem ser de aconselhamento para que em exercícios futuros sejam feitas de uma ou de outra maneira. Agora terem reservas porque não é possível a obtenção de evidências como aquelas que colocam no documento de certificação legal de contas, considera que é uma situação gravosa.

-----De seguida **o Sr. Vereador** solicitou alguns esclarecimentos técnicos sobre o documento ao Chefe da Unidade de Finanças e Património, que foi respondendo às questões que lhe iam sendo colocadas.

-----**O Sr. Vereador Fernando Rui Castanheira Pinto**, continuou a sua intervenção dizendo que este documento não seria para discutir de uma forma exaustiva, porque é um

documento técnico de execução orçamental e financeira, tem a sua especificidade, e para isso há técnicos mais reconhecidos na matéria; no entanto é uma área que efetivamente preocupa os Vereadores do Partido Socialista. Aproveitou para dizer que ainda bem que as Câmaras Municipais estão obrigadas à Certificação Legal de Contas. Já aqui disseram que este é o primeiro ano que estão a trabalhar com este novo modelo, que é o primeiro ano em que a Câmara tem Revisor Oficial de Contas, no entanto não é bom ter logo nas primeiras contas, reservas desta natureza.-----

-----Quando à questão do imobilizado e tendo em conta que ainda estão a trabalhar o modelo para se poder alterar, pode ser compreensível, mas para todos os efeitos é uma reserva, e uma nódoa negra que os Revisores colocam nas Contas. Referiu ainda uma questão que não consegue perceber, pois a última coisa que se espera de um revisor é que ele possa colocar uma alínea onde diz "...Em tempo útil não me foi possível validar a reconciliação de contas bancárias e de fornecedores...", pois aqui coloca-se a questão, se foi a Câmara que pediu ou não em tempo útil ou se foram os fornecedores e as Instituições Bancárias que não responderam. Considerou que a reconciliação das contas é uma questão fundamental e como tal o documento fica bastante prejudicado.-----

-----**O Sr. Vereador Ricardo Jorge Salsas Batista**, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se daqui a alguns dias lhes poderia dizer o que falhou, e quais foram as Entidades que não responderam.-----

-----**O Sr. Vereador Rui Jorge da Silva Costa** pretendeu reafirmar o seu descontentamento relativamente ao timing da entrega dos documentos de prestação de Contas, não questionou se está dentro dos prazos legais, mas é de todo completamente limitativo para uma análise onde se possa expressar uma opinião que seja uma opinião fundamentada para quem certifica as contas. Referiu ainda, que tem vida própria, e não dispõe de dois ou três dias da semana que possa dispor para poder ler este Documento exaustivamente. Fez também uma reserva de limitação de âmbito pois não verificou uma grande quantidade dos mapas, desde o controle orçamental, das execuções, das modificações, etc. Disse que basicamente viu o relatório de gestão, olhou para o balanço e pouco mais, porque não teve tempo para ver o documento. Do pouco que viu surgiram-lhe algumas dúvidas que tentou esclarecer de imediato com o Sr. Chefe da Unidade de Finanças e Património. Ficaram por esclarecer, as suas dúvidas quanto à natureza dos valores expressos na rubrica "Custos e perdas extraordinárias", e se esta rubrica seria de direta influência no comparativo anual 2012/2013 para a diferença dos Resultados Líquidos. Expressou também inúmeras dúvidas quanto a aspetos técnicos da Certificação Legal de Contas, os quais referiu querer enumerar na sua Declaração de voto.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após concluída a apreciação e discussão dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2013 elaborados de acordo com o POCAL e a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, procedeu-se à votação dos mesmos, sendo aprovados por maioria com três votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, Manuel Duarte Fernandes Moreno e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Carlos Manuel Pinto Barroso e da Sr.ª Vereadora Maria

Helena Rodrigues Magalhães e quatro abstenções dos Srs. Vereadores, Rui Manuel Rodrigues Vaz, Fernando Rui Castanheira Pinto, Ricardo Jorge Salsas Batista e Rui Jorge da Silva Costa e encontrando-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.-----

-----Mais foi deliberado remeter os Documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação nos termos do disposto na alínea l), n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea j), n.º 1 do artigo 35.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.”-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara, Manuel Duarte Fernandes Moreno, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Carlos Manuel Pinto Barroso e a Sr.ª Vereadora Maria Helena Rodrigues Magalhães,** fizeram a seguinte **declaração de voto**: “A obrigatoriedade da certificação legal de contas prevista na lei das finanças é aplicável apenas ao exercício do ano de 2014 e seguintes.-----

-----Como queremos transparência em tudo o que fazemos, resolvemos antecipar a certificação, começando esta como ano zero.-----

-----Claro que sabíamos que dada a exiguidade de tempo que a equipa tinha, corríamos o risco de que a totalidade da informação necessária não estivesse disponível em tempo útil para que os Revisores Oficiais de Contas pudessem fazer uma avaliação cabal. -----

-----Ressalvamos, contudo, que as reservas apontadas não apresentam grande gravidade e prevemos que serão ultrapassadas na prestação de contas de 2014.”-----

-----**Os Srs. Vereadores, Rui Manuel Rodrigues Vaz, Fernando Rui Castanheira Pinto e Ricardo Jorge Salsas Batista,** fizeram a **declaração de voto** que a seguir se transcreve: “Ao longo dos últimos doze anos, tempo que levam PSD/CDS-PP à frente dos destinos deste nosso concelho, os vereadores do Partido Socialista, de forma atenta e responsável, foram alertando para o rumo errado e perigoso que na sua opinião, estava a ser conduzido o concelho. Reiteradamente, nas sucessivas reuniões de discussão e votação das Contas de Gerência do município, os vereadores do Partido Socialista foram fazendo a “análise possível” aos documentos, sempre apresentados em cima da hora, não deixando assim margem para uma análise e discussão séria e responsável. Mais uma vez, seguindo a política de apresentação de contas dos anteriores executivos, este novo executivo, presidido por Duarte Moreno, insiste exatamente no mesmo método, prejudicando assim uma análise atenta e cuidada deste tão importante documento de gestão. Mas, se no passado e no presente ano, pelas razões evocadas, os vereadores do Partido Socialista não puderam fazer a tão necessária e correta análise às Contas de Gerência do município, pela primeira vez no Município de Macedo de Cavaleiros, as contas foram sujeitas a Certificação Legal, por Sociedade de Revisores de Contas, que após a respetiva auditoria emitiu o respetivo Certificado Legal de Contas onde foram colocadas reservas que muito nos preocupam e que a seguir se transcreve:-----

-----No decurso da intervenção por nós realizada, identificámos as seguintes limitações ao âmbito do nosso trabalho, as quais entendemos reportar:-----

-----i) O Município não dispõe de um cadastro de imobilizado que permita efetuar uma verificação física inequívoca dos bens de sua propriedade. Em resultado deste facto não estamos habilitados a emitir opinião sobre a integralidade do valor das rubricas de “Bens de domínio público”, “Imobilizações incorpóreas” e “Imobilizações corpóreas” evidenciadas no Balanço, as quais em 31 de Dezembro de 2013 totalizam 55.358.553 euros e, consequentemente, sobre o montante de 913.347 euros respeitante ao saldo da rubrica de “Amortizações do exercício” que consta da Demonstração dos resultados.-----

-----ii) A análise à rubrica de “Investimentos Financeiros” foi efetuada com base em informação prestada pelo próprio Município, não tendo sido possível obter adequada documentação que comprove inequivocamente a titularidade das participações municipais que constam do Balanço, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2013 ascende a 1.980.580 euros. Adicionalmente, por não se encontrarem disponíveis as demonstrações financeiras das empresas participadas, não nos foi possível quantificar o eventual impacto da não adoção do Método da Equivalência Patrimonial nas contas do Município com referência a 31 de Dezembro de 2013.-----

-----iii) A rubrica de “Proveitos diferidos” é composta essencialmente pelos valores relativos a subsídios ao investimento destinados à aquisição de imobilizado. Por insuficiência de informação relativamente aos bens participados, não nos foi possível validar a conformidade dos proveitos imputados pela Câmara ao exercício de 2013, sendo de realçar que, de acordo com o previsto no POCAL, os proveitos de subsídios ao investimento deverão ser reconhecidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.-----

-----iv) À data de emissão do presente relatório, ainda não havíamos obtido todas as respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos efetuados a terceiros, incluindo entidades bancárias. Adicionalmente, por não se encontrarem implementados adequados procedimentos de reconciliação de saldos e transações, não nos foi possível realizar adequados procedimentos alternativos de auditoria de forma a ultrapassar esta limitação. Deste modo, não nos foi possível concluir sobre a razoabilidade dos montantes evidenciados nas rubricas “Depósitos em instituições financeiras”, “Fornecedores” e “Dívidas a terceiros – Médio e longo prazos” que constam no Balanço de 31 de Dezembro de 2013.-----

-----São graves estas palavras, mais graves se tornam quando as mesmas não comportam em si qualquer possível distorção resultante de análise meramente política, mas sim as reservas reportadas por quem, tecnicamente e cuidadosamente, tem a responsabilidade de analisar e certificar o documento. Afirmámos no passado e reafirmamos no presente, que, atendendo à gravidade da situação financeira que atravessa o município, associada a esta análise que é feita às suas contas, é exigível um acompanhamento financeiro externo, com o objetivo de se alcançar a recuperação do município. Pelo exposto, atendendo às lacunas de que enferma o Documento de Prestação de Contas, nomeadamente as reservas evidenciadas no documento de Certificação Legal das Contas elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PKF & Associados, os vereadores do Partido Socialista, conscientes do seu

dever para com os macedenses, abstêm-se na votação sobre a prestação de contas do ano de 2013 apresentadas pelo executivo.”-----

-----O Sr. Vereador Rui Jorge da Silva Costa, fez a declaração de voto que a seguir se transcreve: “ Na anterior reunião da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros do dia 17 de Abril, foi apresentado pelo Senhor Presidente a Prestação de Contas referente o ano de 2013, que, por diversos motivos adiante referidos e constantes da respetiva ata, e em particular por não ter sido explicado alguns valores aí constantes, a não concordância com a substância da Certificação Legal de Contas, e não existir consenso quanto à sua fiabilidade e prudência exigidos, levaria a uma intenção de indeferimento pela maioria dos membros presentes.-----

-----Configurou-se, assim, o quadro de potencial situação negativa, na apresentação de Contas, pelo Executivo ao Tribunal de Contas. Situação que poderia configurar em potenciais sanções ao Município.-----

-----Quero realçar o facto, de que apesar de cumprido o prazo legalmente previsto para a entrega dos documentos de Prestação de Contas, este prazo é manifestamente insuficiente para uma análise coerente dos mesmos, pois são documentos com uma complexidade que requerem uma atenção cuidada. Pelo que, devo referir que me pronuncio pela análise ao Relatório de Gestão.-----

-----Na presente reunião e da análise dos documentos presentes e informações prestadas, concluí: Que subsistiam algumas dúvidas sobre os valores apresentados.-----

-----A Certificação Legal de Contas emitida, obedecendo esta ao cumprimento legal estabelecido, e a sua apresentação não ser obrigatória para o ano em questão, fica aquém do expectável, pois tem uma série de limitações expressa, que excluiu da análise aproximadamente metade da grandeza dos valores do Balanço. Sobre a outra metade é inequívoca a sua recomendação.-----

-----Face ao que constatei, a Certificação Legal de Contas, deveria ser substituída por uma Escusa de Opinião, devido às grandes limitações de âmbito que enumeram, e ao pouco tempo de análise que dispunham os Auditores. Não me chocaria tal facto.-----

-----Por estas razões ficou para mim claro que a Prestação de Contas, ainda que melhorada, reflete vícios de fundo que tecnicamente deveriam levar a decisão negativa quanto à sua aprovação.-----

-----No entanto, optei por me abster face ao que estava em jogo em termos do superior interesse da população do Município, como o entendo, e tendo presente que uma pronúncia negativa, poderia levar a sanções ao Município que considero indesejáveis.-----

-----Face ao exposto, mais uma vez reitero o meu sentido de voto, que se traduziu na abstenção, realçando o elevado sentido cívico e de responsabilidade social que julgo respeitar, e a manifestação de uma forte consciência em prol dos elevados interesses municipais.”-----

-----Neste momento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que fez a seguinte apresentação: “Os documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2013, aqui presentes para apreciação, aprovados em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 17 de Abril, são o reflexo do esforço consistente da

consolidação iniciada em 2011. Os números estão devidamente explanados nos documentos que agora apresentamos, pelo que não vamos entrar numa leitura exaustiva dos mesmos. Contudo, há dados que, de uma forma geral, devem ser realçados e são demonstrativos de que está a ser seguido o melhor caminho. De facto, aproximámo-nos da média nacional de execução global de receitas e despesas. Essa aproximação deveu-se a uma clara evolução comparativamente ao ano de 2012. Seja no que respeita à mencionada execução global de receitas e despesas, seja em relação à execução das Grandes Opções do Plano ou as referentes ao Plano de Atividades Municipal. Sublinhamos, de igual forma, o decréscimo em cerca de 14,5% no valor da dívida de médio e longo prazo e de cerca de 3,6% no equivalente de curto prazo. Seguimos os princípios fundamentais consagrados na chamada Lei das Finanças Locais. Entre os mesmos, encontra-se o princípio da transparência. A Lei 75/2013, que regula o regime financeiro das autarquias locais, estabelece, no seu Artigo 77.º, a obrigatoriedade para os municípios da Certificação Legal de Contas. Contudo, e chamo desde já à atenção aos senhores membros desta Assembleia, esta obrigatoriedade apenas é aplicável ao exercício de 2014 pelo que, no que respeita aos documentos de Prestação de Contas relativos a 2013, ainda é aplicável a Lei 2/2007, onde tal não era obrigatório para o caso do Município de Macedo de Cavaleiros. Por isso, reafirmo que seguimos os princípios fundamentais consagrados na Lei. Por isso, somos transparentes ao antecipar algo que só nos era imposto legalmente a partir do exercício em curso. A Certificação Legal de Contas é o documento emitido por um Revisor Oficial de Contas, ou Sociedade de Revisores, onde é expressa a opinião do mesmo acerca das demonstrações financeiras serem ou não o retrato, de uma forma verdadeira e apropriada, da posição financeira de uma entidade, dos resultados das suas operações, dos seus fluxos de caixa, relativamente ao período considerado, assim como se as demonstrações financeiras respeitam ou não os requisitos legais aplicáveis, conforme o estabelecido no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, regulado pelo Decreto-Lei nº 224/2008. O parecer da PK&F não era, como tal, obrigatório. Até porque as competências conferidas a um auditor externo para que ocorra uma certificação legal de contas implicam um acompanhamento persistente ao longo de todo o ano económico, e não apenas uma mera análise de documentos que refletem o exercício. Sabíamos de antemão que a conclusão de uma certificação legal de contas se expressa pela manifestação de uma opinião com ou sem reservas, uma escusa de opinião, uma opinião adversa com ou sem ênfase, conforme o preceituado na Lei. Sabíamos, de igual forma, que dadas as limitações temporais seria legítima a existência de reservas, tal como constam do parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Poder-se-ia, de facto, ter optado pelo caminho mais fácil, dada a inexistência de obrigatoriedade legal. Esse caminho teria sido a escusa de opinião. Mas isso equivaleria à omissão de opinião acerca de documentos tão importantes incluídos na Prestação de Contas, como o são o Relatório de Gestão, a Demonstração de Resultados, ou os Mapas de Controlo Orçamental da Receita e Despesa, só para citar alguns exemplos. Como disse anteriormente e reafirmo, seguimos os princípios fundamentais consagrados na Lei. Não receamos a exposição do que legitimamente fazemos, nem a respetiva avaliação, mesmo que

não obrigatória. E cá estaremos para, com o mesmo esforço consistente, obter ainda melhores resultados em 2014. Para obviar às reservas colocadas na Certificação Legal de Contas, e com o devido tempo, está já a proceder-se à revisão e atualização do cadastro de Imobilizado do Município, que permitirá eliminar as reservas relativas ao imobilizado, aos investimentos financeiros e aos proveitos diferidos. De igual forma, estão já calendarizadas visitas de auditoria preliminares e pedidos de saldos intercalares para obter a confirmação de contas correntes de Terceiros. Permanecemos abertos à crítica ou a sugestões construtivas.”-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “
Ao longo dos últimos doze anos, tempo que levam PSD/CDS-PP à frente dos destinos deste nosso concelho, os Vereadores do Partido Socialista, de forma atenta e responsável, foram alertando para o rumo errado e perigoso que na sua opinião estava a ser conduzido o concelho. Reiteradamente, nas sucessivas reuniões de discussão e votação das Contas de Gerência do Município, os Vereadores do Partido Socialista foram fazendo a “análise possível” aos documentos, sempre apresentados em cima da hora, não deixando assim margem para uma análise e discussão séria e responsável. Mais uma vez, seguindo a política de apresentação de contas dos anteriores executivos, este novo executivo, presidido por Duarte Moreno, insiste exatamente no mesmo método, prejudicando assim uma análise atenta e cuidada deste tão importante documento de gestão. Mas, se no passado e no presente ano, pelas razões evocadas, os vereadores do Partido Socialista não puderam fazer a tão necessária e correta análise às Contas de Gerência do Município, pela primeira vez no Município de Macedo de Cavaleiros, as contas foram sujeitas a Certificação Legal, por Sociedade de Revisores de Contas, que após a respetiva auditoria emitiu o respetivo Certificado Legal de Contas onde foram colocadas reservas que muito nos preocupam e que a seguir se transcrevem: - No decurso da intervenção por nós realizada, identificamos as seguintes limitações ao âmbito do nosso trabalho, as quais entendemos reportar: i) O Município não dispõe de um cadastro de imobilizado que permita efetuar uma verificação física inequívoca dos bens de sua propriedade. Em resultado deste facto não estamos habilitados a emitir opinião sobre a integralidade do valor das rubricas de “Bens de domínio público”, “imobilizações incorpóreas” e “imobilizações corpóreas” evidenciadas no Balanço, as quais em 31 de Dezembro de 2013 totalizavam 55.358.553 euros e, conseqüentemente, sobre o montante de 913.347 euros respeitante ao saldo da rubrica de “Amortizações do exercício” que consta da Demonstração dos resultados; ii) A análise à rubrica de “investimentos Financeiros” foi efetuada com base em informação prestada pelo próprio Município, não tendo sido possível obter adequada documentação que comprove inequivocamente a titularidade das participações municipais que constam do Balanço, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2013 ascende a 1.980.580 euros. Adicionalmente, por não se encontrarem disponíveis as demonstrações financeiras das empresas participadas, não nos foi possível quantificar o eventual impacto da não adoção do Método da Equivalência Patrimonial nas Contas do Município com referência a 31 de Dezembro de 2013; iii) A rubrica de “Proveitos Diferidos” é composta essencialmente

pelos valores relativos a subsídios ao investimento destinados à aquisição de imobilizado. Por insuficiência de informação relativamente aos bens comparticipados, não nos foi possível validar a conformidade dos proveitos imputados pela Câmara ao exercício de 2013, sendo de realçar que, de acordo com o previsto no POCAL, os proveitos de subsídios ao investimento deverão ser reconhecidos numa base sistemática, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam; iv) À data de emissão do presente relatório, ainda não havíamos obtido todas as respostas aos pedidos de confirmação externa de saldos efetuados a terceiros, incluindo entidades bancárias. Adicionalmente, por não se encontrarem implementados adequados procedimentos de reconciliação de saldos e transações, não nos foi possível realizar adequados procedimentos de reconciliação de saldos e transações, não nos foi possível realizar adequados procedimentos alternativos de auditoria de forma a ultrapassar esta limitação. Deste modo não nos foi possível concluir sobre a razoabilidade dos montantes evidenciados nas rubricas “Depósitos em instituições financeiras”, “Fornecedores” e “Dividas a terceiros – Médio e longo prazos” que constam no balanço de 31 de Dezembro de 2013.-----

-----Estas foram as palavras relatadas pelos Auditores. São graves estas palavras, e mais graves se tornam quando as mesmas não comportam em si qualquer possível distorção resultante de análise meramente política, mas sim as reservas reportadas por quem, tecnicamente e cuidadosamente, tem a responsabilidade de analisar e certificar o documento. Afirmámos no passado e reafirmamos no presente, que, atendendo à gravidade da situação financeira que atravessa o Município, associada a esta análise que é feita às suas contas, é exigível um acompanhamento financeiro externo, com o objetivo de se alcançar a recuperação do Município.-----

-----Pelo exposto, atendendo às lacunas de que enferma o Documento de Prestação de Contas, nomeadamente as reservas evidenciadas no Documento de Certificação Legal das Contas elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PKF & Associados, os Vereadores do Partido Socialista, conscientes do seu dever para com os macedenses, abstêm-se na votação sobre a prestação de contas do ano de 2013 apresentadas pelo Executivo.”-----

-----**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Disse que não lhe foi possível reunir a Comissão de Desenvolvimento Económico, da qual é Coordenador, mas tentará suprir esta falta aquando da discussão das Opções do Plano e Orçamento para 2015. Aproveita também para felicitar o Município pelos ganhos qualitativos que este relatório reflete e também pela coragem de assumir a exposição das suas contas a uma Entidade externa, sem que para isso fosse obrigado. Fê-lo voluntariamente e tem o total apoio da bancada do PSD, pois a transparência é salutar na gestão do Município e as Entidades externas vêm dar essa credibilidade e essa transparência.-----

-----**LUÍS MANUEL DE OLIVEIRA MIRANDA PEREIRA (CDS-PP)** – É de opinião que as intervenções dos Deputados Municipais também devem ter em conta aquilo que se passa na Assembleia Municipal. Referiu que ouviu atentamente a intervenção do Sr. Presidente da Câmara relativamente a este assunto e muitas das dúvidas que tinha percebeu que efetivamente eram dúvidas que continuam a ser, mas não têm o peso político que poderiam ter

antes de o ter ouvido. Por isso queria referir claramente que acha um ato muito positivo o facto de terem tido a coragem de se sujeitarem, sem ser obrigatório do ponto de vista legal, a uma abordagem que já se pressupunha que seria incompleta e provavelmente crítica em alguns aspetos, como se verificou que foi, mas tiveram essa coragem de avançar com o pedido de Certificação Legal de Contas. Disse ainda que pode aqui, eventualmente, criticar a empresa no sentido de que realmente poderia ter dado um parecer mas não ter feito uma Certificação Legal de Contas, porque não tem sentido fazer uma certificação a meio gás. De qualquer maneira é um documento formal e oficial e nele se levantam as reservas que todos ouviram e permite-se salientar dois pontos: Esta Assembleia aprovou um Plano e Orçamento que vai ser avaliado em 2015, e o que conta é que hoje estão ali a ver contas que foram aprovadas pela Assembleia, mas num momento anterior, e não por esta que se encontra ali e que foi eleita em Outubro de 2013. Portanto não se sente capaz de só com isto dizer se aprova as contas ou se as vota favoravelmente. Este é um gesto que os seus colegas de bancada, cada um decidirá como entender. Pessoalmente, porque entende a argumentação do Sr. Vereador Rui Costa, vai abster-se, no entanto gostava de louvar esta coragem, frontalidade e transparência de assumir o que realmente pode ser absolutamente necessário melhorar e que espera que quando chegarem a analisar as contas de 2014 a Certificação não tenha os aspetos que hoje tem. Ainda muito mais que as reservas permite-se referir a última questão e a ênfase que esta Empresa coloca e que é a questão dos limites de endividamento e da possibilidade de que se não se corrige este limite haver, como já aconteceu com alguns Municípios, a perda de transferências de capital para o Município. Isto sim, pensa que é muito importante e que tem de ser um objetivo a atingir de maneira clara, já quanto às questões das reservas disse estar convencido que obviamente tudo será feito para que elas sejam ultrapassadas quando chegarem à certificação e análise das contas no ano de 2014.-----

-----**HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Começou por salientar a execução orçamental das despesas correntes na ordem dos 93% e nas despesas de receita de capital 73%. A diminuição em cerca de 14%, da dívida de médio e longo prazo e de 3,6% equivalente a curto prazo.-----

-----Sobre a ata da reunião de Câmara onde esteve presente o Documento de Prestação de Contas o Sr. Vereador Rui Vaz refere que o documento é sempre entregue em cima da hora e gostaria de saber o que significa esta expressão: se o documento é entregue no dia anterior ou 7 dias antes da sua discussão. Quanto ao Sr. Vereador Fernando Castanheira Pinto, da sua intervenção acaba por não perceber se este é ou não a favor da Certificação das Contas, pois suscitam-lhe algumas dúvidas e já quanto ao Sr. Vereador Rui Costa diz que tem vida própria e não dispõe de dois ou três dias da semana para analisar o documento.-----

-----**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Eu queria apenas salientar aqui dois ou três aspetos que me pareceram importantes, e o Deputado Municipal, Sr. Miranda Pereira falou aqui de alguns. Em relação à questão das contas e a declaração de voto dos Vereadores do PS e também desta bancada na Assembleia

Municipal vem um pouco de encontro porque na primeira intervenção o Sr. Presidente da Câmara referiu que se iam melhorar alguns aspetos e é verdade aquilo que o Sr. Deputado Miranda Pereira disse, que estão aqui para avaliar contas que não são inteiramente da responsabilidade desta Câmara e à partida teremos de deixar o ónus de saber o que vai acontecer no futuro para aí sim podermos ter em conta aquilo que esta Câmara nos pode apresentar como resultados efetivos, independentemente de sabermos desde já que o Sr. Presidente fez parte da anterior Autarquia como Vice-Presidente e com muita intervenção de certeza absoluta em todo este resultado que nos foi aqui apresentado. No entanto retenho as palavras que deixou, e tendo em conta que no próximo ano há uma auditoria que terá um outro papel e um outro poder de análise que irá melhorar nalguns aspetos que foram aqui tidos em conta. Mas retenho também uma palavra na primeira intervenção que fez relativamente à escolha da própria Empresa da auditoria e o Sr. Presidente veio responder que no início era para os 5 Municípios, mas que depois e tendo em conta que cada um é independente poder escolher, ficaram apenas dois Municípios e que o Sr. Presidente justificou que era uma economia de escala e portanto à partida que essa Empresa iria ter se calhar prejuízo no seu trabalho. Tive o cuidado de ir à Autarquia de Mirandela e tenho aqui o que foi a certificação das contas de Mirandela e aquilo que eu posso realçar e tendo em conta se calhar aquilo que o Sr. Presidente disse, realmente já está em poupança de esforço porque o relatório é praticamente igual apenas mudam os valores, o que quer dizer que a análise que é feita foi um bocadinho igual, e o resultado e as próprias reservas tem pontos que são textualmente iguais, apenas mudam os valores, independentemente de sabermos que esta é uma Autarquia que também está com algumas dificuldades, portanto se calhar essa economia e realmente a Empresa estar a preparar-se para poder fazer melhor no próximo ano. Quando à questão que o Deputado Municipal, Sr. Miranda Pereira, realçou que no discurso do Sr. Presidente da Câmara no 25 de Abril foi que era um Presidente para todos os macedenses, e aproveito para realçar dois ou três aspetos que me parecem importantes daquilo que são as contas que estão aqui, que esperemos nós que realmente na próxima apresentação dos Documentos de Prestação de Contas não teremos números em relação às Freguesias do Partido Socialista onde fomos ver as transferências de capital de despesa e se repararem com cuidado não existe uma única freguesia do PS que tivesse sido contemplada com transferências de capital. Queremos que no próximo ano tenham aqui valores transferidos para as referidas freguesias.-----

-----Quanto à questão também aqui focada pelo Sr. Presidente da Junta de Amendoeira, Sr. Humberto Trovisco, e ao facto de os Vereadores invocarem não terem tempo para analisar os documentos, esta situação não é nova é já um facto recorrente.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal, por maioria, com 36 votos a favor e 24 abstenções dos Deputados Municipais, Luís Miranda Pereira, João Borges, Manuel Rodrigues, Celina Martins, Pedro Mascarenhas, Carla Palhau, Adalberto Fernandes, Maria José Lima, Isabel Costa, Helena Seabra, Susana Viana, Joana Sarmiento, Telma Roma, Leonardo Vila Franca, Manuel Mico, Manuel dos Santos, Fernando Ventura, Armando Carrazedo, João Rocha, Luís Batista, Inácio Roma, Carlos**

Camelo, Adelaide Batista e João Alves, deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2013, que aqui se dão como integralmente transcritos, ficando cópias dos mesmos, devidamente arquivados na pasta correspondente a esta reunião.---

-----**CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS (PS)** – Disse que gostaria de pedir ao Sr. Presidente da Câmara que uma vez que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Amendoeira, Sr. Humberto Trovisco, interpolou os Srs. Vereadores da Câmara Municipal, para que eles venham responder às dúvidas que ficaram nesta Assembleia.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia**, nos termos do Regimento, perguntou ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, se dá ou não a sua concordância, tendo ele dito que não vê inconveniente nenhum que os Srs. Vereadores venham esclarecer esta Assembleia.-----

-----**Neste momento o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra aos Srs. Vereadores da Câmara Municipal.**-----

-----**VEREADOR RUI JORGE DA SILVA COSTA** – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente, muito obrigado por desta vez ter anuído em me ouvir e meio minuto acho que é suficiente para explicar a dúvida que foi criada. E, falando do meu profissionalismo, Sr. Humberto Trovisco, foi-me entregue dia 11, sexta-feira o documento que compõem a Prestação de Contas, pedindo para me pronunciar quinta-feira dia 17 e, eu quando falo em dois/três dias são dois/três dias da minha atividade profissional para poder ler este documento. Com o tal profissionalismo e conhecimento que poderei ter deste documento mais curiosidade eu tenho na investigação que lhe possa fazer. Quem não o conheça diz, não percebo nada disto e em meia hora lê o documento. Eu não, e portanto disse que só me pronunciava pela parte do Relatório que foi o que eu consegui ler, não do resto. Foi cumprido o prazo legal? Não sei e por isso não me manifesto mas, o que eu peço é que se o puderem dar quinze dias ou três semanas antes, com certeza que eu tenho uma leitura do documento diferente e posso emitir opinião de uma forma diferente do que emito tendo o documento tão poucos dias há minha disposição e é nesse sentido só que eu manifestei na minha declaração de voto o tão pouco tempo que eu tive e da minha vida pessoal ir dispor desses dias para poder analisá-lo. Disponho com toda a minha convicção e com tudo aquilo que eu sei de melhor para poder contribuir, não posso é parar a minha vida como compreenderão.”-----

-----**VEREADOR FERNANDO RUI CASTANHEIRA PINTO** – Fez a seguinte intervenção: “Agradeço o facto de nos permitirem usar da palavra, mas considero que é uma questão que deriva da Lei e tão só da defesa da honra e por isso suponho que nem teria que ser para tal autorizado, desde que esta questão se tornasse uma questão de defesa da honra e tão só tem a ver com a situação colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Amendoeira, Sr. Humberto Trovisco. Ficou na dúvida sobre se efetivamente eu estaria ou não de acordo com as contas. Temos que considerar isto sobre duas questões distintas: a primeira é que temos e devemos valorizar aquilo que é uma certificação e a partir do momento em que avançamos para uma Certificação Legal de Contas, quer por parte da Câmara Municipal, quer por parte da Empresa e da sua idoneidade profissional as coisas devem acontecer como tem de ser. E como tem de ser não é por sermos ou não sermos obrigados, a partir do momento em que “metemos a mão

na massa” em que temos o nosso profissionalismo, aquilo que fazemos, aquilo que escrevemos e aquilo que assinamos tem de ser com uma idoneidade profissional como deve ser. Eu, questionei a Câmara, e foi por aí que comecei a minha análise na altura se efetivamente estávamos perante um problema de falta de tempo da Câmara no sentido de conseguir responder aos Revisores, ou se dos Revisores que não tiveram tempo de fazer o serviço como devia ser feito, por responsabilidade deles. O serem as primeiras contas, mas se efetivamente a Câmara disponibilizou os elementos que tinha de disponibilizar de uma forma organizada e se a Empresa não teve condições, essa reserva pura e simplesmente não devia ter sido feita e não deviam ter certificado as contas. A partir do momento em que as certificaram e que sobre elas apuseram reservas aí temos de verificar onde é que estão as questões. Porque eu pergunto: - A Câmara não tem um imobilizado atualizado por forma a que ninguém se possa atravessar sobre isso e estes senhores não se quiseram atravessar. Mas mais do que isso, o Sr. Humberto na sua Empresa não faz reconciliação de saldos com os seus fornecedores ou com os seus clientes? Entende-se por exemplo que não haja tempo de fazer isso relativamente a instituições bancárias? Uma instituição bancária não responde atempadamente, ou foram os Revisores que efetivamente não tiveram tempo de a analisar. Foi nesse sentido que nós mais uma vez e dissemos que dávamos a nossa abstenção que ia muito nesse sentido, porque achamos que é uma nódoa negra efetivamente a Câmara Municipal ter reservas desta natureza, podiam ser reservas de pormenor, processuais ou do que quer que seja, mas, a terem-nas desta forma teríamos que saber se efetivamente a culpa estava da parte dos Revisores ou se estava da parte da Câmara que não forneceu os elementos. Por exemplo, é possível que não haja reconciliação de saldos com os fornecedores? É o melhor conforto que o Sr. Presidente da Câmara pode ter e que todas as pessoas podem ter na Câmara se tiverem a reconciliação feita por uma Entidade externa em que diz que os saldos de fornecedores que a Câmara tem equivalem àqueles que os fornecedores apresentam. Isto é tão importante como isso, e porque é que não o fizeram? Por culpa dos Revisores, por culpa da Câmara? Foram estas as questões que foram levantadas. Agora, se há uma Empresa que começou a ser colocada ao serviço em Fevereiro e se temos uma certificação em Abril é natural que não se consiga fazer mas, isto é que tem de se pesar e ao pesar isto temos de saber o que é que temos de fazer, ou será que esses senhores já tiveram que mostrar serviço este ano? Esse é que é o problema.”-----

-----Outro assunto é relativamente à ata da reunião anterior da qual é devido um esclarecimento e acho que terei alguma legitimidade não para o fazer em termos individuais, mas que pensa que o Sr. Presidente me permitirá que o faça quase em nome do Executivo. Trata-se de uma intervenção que foi aqui feita relativamente a um pedido de um processo de Licenciamento de Ampliação da Pedreira de Gralhós. Acontece que quando foi feita essa intervenção pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Talhinhos e Bagueixe não concordei com algumas coisas que aqui foram ditas, no entanto achei por bem e considerei que o Sr. Presidente da Câmara poderia fazer alguma intervenção nesse sentido, pois penso que a Câmara até esteve bastante unânime e muito preocupada com essa questão, e é por

isso que considero que é importante falar nisto. A determinada altura o Sr. Presidente da União de Freguesias de Talhinhos e Gralhós diz: “ ...O Sr. Vereador Fernando Castanheira Pinto afirmou na reunião de Câmara que a Empresa Mogabrita não tem tido cuidado com a poluição provocada pelas poeiras e com impacto ambiental...”-----

-----Efetivamente, eu fui muito mais longe do que isso e disse que esta Empresa tem descuidado completa e totalmente as questões ambientais e da poluição que provoca e aliás, há aqui uma contradição, porque a própria declaração feita pelo Sr. Presidente da Junta diz logo a seguir que na semana passada reuniu com os sócios gerente da Empresa que lhe garantiu que estava em curso um estudo sobre o impacto ambiental da pedreira de forma a poderem tomar medidas no sentido da resolução do mesmo. Ora, se efetivamente têm de tomar medidas no sentido da resolução do mesmo é porque efetivamente a questão poluição/impacto ambiental está posta em causa e portanto nada melhor do que as próprias palavras do Sr. Presidente da Junta para dizer que efetivamente aquela situação tem sido descuidada, é uma nódoa que temos no nosso concelho nomeadamente na questão do Geopark e a Câmara toda foi unânime em ter esta preocupação. E, efetivamente acreditem que isto só foi concedido, e penso que estou em condições de falar por todos, porque estava em causa a economia do concelho e estavam em causa postos de trabalho. E, eu desde já lhe peço que a partir deste momento seja o Senhor o fiscal dos postos de trabalho que estes Senhores se comprometeram a colocar que é até 15 postos de trabalho, porque efetivamente os postos de trabalho e a economia do nosso concelho é muito importante mas, as questões de preservação ambiental que nunca foram cuidadas, porque aquela poeira, aquele lamaçal e aquela questão do impacto que gera é por si só superior a tudo isto. Portanto, vamos conciliar as coisas porque conseguimos conviver com isso em conjunto desde que efetivamente haja um plano e eu não ponho em causa todo o trabalho e tudo aquilo que essa pedreira tem dado para os caminhos e para o benefício das Freguesias mas isso não é suficiente e nomeadamente em termos de Geopark e em termos de Rede Natura considero que é extremamente importante que estas questões sejam acauteladas. E estou em crer que toda esta Câmara só teve isso em consideração tendo em conta os aspetos económicos e da preservação dos postos de trabalho.”-----

-----**VEREADOR RUI MANUEL RODRIGUES VAZ** – Fez a seguinte intervenção: “ Não me vou estender na defesa da honra porque o Sr. Humberto Trovisco não me feriu muito a honra, e aliás as respostas quanto ao tempo e ao conteúdo já foram dadas, agora, porque suponho que o meu caro amigo Presidente da Junta de Amendoeira, Sr. Humberto Trovisco, vai votar favoravelmente este documento, só lhe quero devolver a pergunta que é se de facto teve tempo para o analisar, para o votar da forma como o vai votar?”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** uma vez que surgiu a dúvida e para esclarecimento de todos, deu conhecimento do Regimento da Assembleia Municipal, que foi aprovado já no início deste mandato e que no seu artigo 45.º estabelece o seguinte: “...2- Os Vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal podendo intervir nas discussões sem direito a voto a solicitação do plenário ou com a anuência do Sr. Presidente da

Câmara, ou do seu substituto legal. 3- Os Vereadores podem ainda intervir no final da reunião para o exercício do direito da defesa da honra se tal não lhe for possível no decurso dos trabalhos...".-----

-----Foi ao abrigo deste artigo que na sessão anterior não foi dada a palavra ao Sr. Vereador Rui Jorge da Silva Costa. Hoje com a anuência/autorização do Sr. Presidente da Câmara demos a palavra aos Srs. Vereadores e cumprimos, assim, o estipulado pelo Regimento e este vai continuar a ser o nosso procedimento no futuro.-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA.**-----

-----Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos 2.1, 2.3, 2.4 e as moções apresentadas.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 49º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Exmo Sr. **Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no **público** que quisesse neste momento intervir. -----

-----**Pretendeu usar da palavra.**-----

-----**AMÂNDIO FERNANDO ANGÉLICO CHOUPINA** – Referiu que esta foi a primeira vez que esteve presente numa sessão da Assembleia Municipal e não queria sair sem deixar aqui uma palavra sobretudo no âmbito da Educação. Reforçou o que o Sr. Diretor do Agrupamento Vertical de Escolas de Macedo de Cavaleiros, Prof. Paulo Dias, que disse que a escola está em 25.º lugar e ele reforça que a Educação é a base de quase tudo e por isso pede ao Sr. Presidente da Câmara que não se esqueça desta questão da Educação, mas uma educação com determinação e real e não uma educação de 25.º lugar. Disse também que apostar na Educação é uma vitória de futuro. Ouviu no discurso comparações do antes e do depois do 25 de Abril, mas estes são contextos que não são comparáveis, mesmo em termos de Educação. Pede então ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que aposte no futuro, que aposte na Educação.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia**, sobre esta intervenção, embora tenha agradecido a sua presença e participação, informou o munícipe, com intuito de acautelar situações futuras, das condições em que o Regimento desta Assembleia, permite a intervenção do Público.-----

-----**Eram vinte e uma horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.**-----

